



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Construção da Identidade Profissional dos Assistentes Sociais
no Campo da Reeducação Social

Sandra Catarina Pestana Hermano

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria Inês Martinho Antunes Amaro, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018

**A Construção da Identidade Profissional dos Assistentes Sociais
no Campo da Reeducação Social**

Sandra Catarina Pestana Hermano

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria Inês Martinho Antunes Amaro, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018

AGRADECIMENTOS

À professora doutora Maria Inês Amaro pela sua enorme dedicação, disponibilidade e motivação, por todos os conhecimentos e sabedoria transmitidos ao longo deste percurso.

À Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que sem a aprovação desta a investigação não teria sido possível, e a todos os profissionais que se disponibilizaram a colaborar sempre com simpatia nesta investigação.

À minha mãe, pai e irmã por acreditarem sempre em mim, pelo grande apoio, suporte e amor incondicional ao longo de toda a minha vida.

A toda a minha família pelo amor e carinho.

Ao Valter Costa por todo o amor e incansável motivação.

Aos melhores amigos de tantos anos, em especial à Kátia Tavares, que sempre me apoiaram e motivaram, sem nunca me deixarem desistir.

RESUMO

A presente investigação propõe-se a compreender quais as identidades dos profissionais e como foram construídas, numa realidade particular estando o assistente social a trabalhar num estabelecimento prisional enquanto técnico superior de reeducação, mas a exercer funções de serviço social. A reflexão sobre a identidade profissional do serviço social revela-se com pertinência numa altura em que se discute, não só em Portugal, a existência de uma crise de identidade ou uma ausência de identidade profissional no serviço social.

O estudo é de carácter exploratório, uma vez que a bibliografia sobre o tema é reduzida, via método indutivo, e recorreu-se a uma estratégia metodológica de natureza qualitativa. Foram realizadas catorze entrevistas semidiretivas, sete das quais a técnicos superiores de reeducação e duas a adjuntos do diretor, todos com formação académica em serviço social a exercer funções nos estabelecimentos prisionais da Carregueira, Leiria, Leiria jovens, Lisboa e Sintra.

Palavras-chave: Identidade profissional; Reeducação; Estabelecimento prisional; Serviço social forense

ABSTRACT

The present research aims to understand what the identities of the social workers are, and how those identities were built, particularly being the professional working in a correctional facility as a high-level technician of reeducation but still doing the work of a social worker. The reflection on this subject is specialty relevant, because currently many authors are discussing, not only in Portugal if there is indeed a crisis in social work or not.

This research is an exploratory study due to the lack of academic research and uses a qualitative and inductive approach through fourteen semi-structured interviews, twelve to high-level technician of reeducation and two to the assistant director`s and all of them have a social work degree. The professionals are working in the correctional facilities of Carregueira, Leiria, Leiria jovens, Lisboa e Sintra.

Key words: Professional identity; Correctional facility; Reeducation; Forensic social work

Índice

| | |
|--|-----|
| Agradecimentos..... | i |
| Resumo..... | ii |
| Abstract..... | iii |
| Glossário de siglas..... | iv |
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo I – Identidade e Serviço Social..... | 3 |
| 1- A identidade individual e identidade coletiva..... | 3 |
| 2- Identidade profissional e serviço social..... | 6 |
| 3- A identidade e a profissionalização do serviço social | 7 |
| 4- As especificidades da profissão de serviço social: definição, teoria e prática...11 | |
| 5- A ética, princípios e valores em serviço social..... | 15 |
| Capítulo II – Serviço Social na Área da Justiça e nos Serviços Prisionais..... | 17 |
| 1- O técnico superior de reeducação..... | 19 |
| Capítulo III – Metodologia..... | 22 |
| 1- Objetivo..... | 22 |
| 2- Opções metodológicas..... | 23 |
| 3- A entrevista..... | 23 |
| 4- Constituição da amostra..... | 24 |
| 5- Processo de recolha de dados..... | 25 |
| 6- Considerações éticas..... | 26 |
| 7- Limitações do estudo..... | 27 |
| Capítulo IV – Análise dos Dados Recolhidos..... | 28 |
| 1- Breve contextualização..... | 28 |
| 2- Que identidade profissional? | 34 |
| 3- A identidade e especificidades do serviço social..... | 39 |
| 4- Que diferenças são sentidas entre os profissionais formados em serviço social e profissionais com outras áreas de formação? | 44 |

| | |
|--|----|
| 5- A teoria e a prática no serviço social..... | 48 |
| Capítulo V – Análise Individual dos Discursos dos Profissionais..... | 50 |
| Conclusão..... | 61 |
| Bibliografia..... | 65 |
| Fontes..... | 70 |
| Anexos..... | 71 |

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AIDSS – Associação de Investigação e Debate em Serviço Social

APPS – Associação dos Profissionais de Serviço Social

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPIHTS – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

DGRSP – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EP – Estabelecimento Prisional

SS – Serviço Social

TSR – Técnico Superior de Reeducação

INTRODUÇÃO

A presente investigação foi realizada no âmbito do mestrado de serviço social do ISCTE-IUL sobre a orientação da professora doutora Maria Inês Amaro, e intitula-se “A Construção da identidade profissional dos Assistentes Sociais no campo da reeducação social”.

Este estudo incide sobre a construção identitária profissional de assistentes sociais a exercer funções num estabelecimento prisional enquanto técnicos superiores de reeducação. De forma a conhecer a identidade assumida pelos profissionais, que especificidades, práticas e valores associam ao serviço social.

A fundamentação para a escolha deste tema resultou de um interesse pessoal, uma vez que a área profissional em estudo é uma área com que me identifico e sobre a qual tenho um grande interesse, mas também a nível académico pela importância do estudo da identidade profissional em serviço social e pelo reduzido corpo académico disponível nesta temática.

A identidade é um conceito basilar, “Identity is arguably more fundamental to the conception of humanity than any other notion” (Gioia 1998:17) e uma das formas mais relevantes é a identidade profissional, pois o trabalho ocupa grande parte das nossas vidas.

A identidade profissional de serviço social apresenta contornos específicos de complexidade relacionado aos contextos sociais, históricos e políticos. Vários autores internacionalmente e em Portugal discutem se estamos perante uma crise de identidade, e se esta tem na sua base um desconhecimento do cerne da profissão (Asquith, Clark e Waterhouse, 2005; Webb, 2015; Carvalho e Pinto, 2015; Amaro, 2009). Estamos assim, a vivenciar um momento importante para a consolidação, delimitação do campo de ação e legitimação enquanto profissão, em especial pelos trabalhos realizados para o reconhecimento da ordem de serviço social.

Espera-se que este trabalho promova de certa forma a discussão e a análise da temática e seja um contributo científico modesto para que se possa compreender de melhor forma a construção das identidades dos profissionais em serviço social e as suas especificidades.

O presente trabalho é uma investigação de carácter exploratório, devido ao corpo de literatura reduzido sobre este tema. E optou-se por uma estratégia metodológica de natureza qualitativa, via método indutivo, recorrendo-se à entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados.

A amostra é composta por 14 profissionais, 12 técnicos de reeducação superior e 2 adjuntos do diretor, com formação superior em serviço social a exercer funções nos estabelecimentos prisionais da Carregueira, Leiria, Leiria jovens, Lisboa e Sintra.

O trabalho está orientado por cinco capítulos. Num primeiro momento (Capítulos I e II) dedica-se espaço às questões teóricas, onde são desenvolvidos conceitos centrais à temática em estudo, designadamente uma breve contextualização histórica sobre a profissão, e a definição de serviço social, é ainda realizada uma abordagem à teoria e à prática, e às orientações e conceções do serviço social, por fim aos valores e à ética da profissão, no segundo capítulo aborda-se a contextualização histórica e a prática do serviço social nos estabelecimentos prisionais, bem como a definição e as funções do técnico superior de reeducação.

No capítulo III aborda-se as opções metodológicas, definindo-se o objeto de estudo e os objetivos a que se propõem esta investigação, e é explicitado o instrumento e os procedimentos necessários para a recolha de dados, bem como as considerações éticas tidas em conta ao longo da investigação e as limitações do presente estudo.

O quarto e quinto capítulo dizem respeito à análise e discussão dos dados recolhidos. No capítulo IV é realizada uma análise geral e no capítulo V é elaborada uma análise aos discursos individuais de três profissionais com identidades distintas de forma a aprofundar a análise na temática.

CAPÍTULO I – IDENTIDADE E SERVIÇO SOCIAL

1. A identidade individual e a identidade coletiva

A definição do conceito de identidade apresenta-se como complexo e multifacetado, podendo tornar-se difuso e ambíguo, sendo que diferentes autores possuem diferentes interpretações e perspectivas (filosóficas, psicodinâmicas entre outras) (Passarinho, 2012).

Na presente dissertação falaremos do conceito de identidade numa lógica interacionista¹ e relacional, reconhecendo as identidades como múltiplas e plurais (Lipiansky, 1998; Pinto, 1991; Goffman, 1993; Dubar, 1997;2006) uma vez que a identidade é criada através de experiências sociais. Dubar em 1997 define a identidade como “o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização, que conjuntamente constroem os indivíduos e definem as instituições” (Dubar, 1997:105). O indivíduo é parte integrante da sociedade, sendo produto da história e das trocas sociais, mas vai ao mesmo tempo selecionando para si, de entre as referências disponíveis que muitas vezes são contraditórias, os elementos que lhe fazem sentido e que vão dando forma à sua identidade.

Kaufman (2004 citado por Granja 2007) explicita que a construção da identidade é influenciada por condições objetivas e condições subjetivas. As condições objetivas (atribuição) são os porta identidade, ou seja as prescrições normativas, as relações sociais e a influência de diferentes atores coletivos. Dubar (1997) afirma que estas transações procuram assemelhar a identidade para si à identidade para o outro.

Os processos subjetivos (são internos ao indivíduo) dependem das escolhas do indivíduo mediante as referências disponíveis. Dubar (1997) declara que as transações subjetivas se definem entre necessidade de manter a sua identidade e a vontade de

¹O Interacionismo simbólico é uma perspectiva sociológica que teve origem nos E. U. A. na escola de Chicago e foi desenvolvida por autores como George Herbert Mead, John Dewey, Herbert Blumer e Charles Cooley que consideravam que a pessoa humana é o produto das interações sociais.

incorporar novos elementos identificativos, com o objetivo de construir novas identidades.

Neste sentido, surge o conceito de capa Kaufman (2004), no qual o indivíduo elege ao longo da sua vida as referências identitárias disponíveis pelas condições subjetivas, construindo assim a sua capa. Em que está presente no indivíduo a articulação entre a memória social e um mundo subjetivo. Uma vez que o indivíduo é sempre pressionado pelas condições objetivas que são instáveis, diferenciadas e numerosas pondo em causa as fronteiras identitárias. A construção da identidade exige um esforço maior, “efetuar escolhas, atribuir significados, esquecer ou incorporar dados que decide reter reorganizar e articular em função das imagens que o indivíduo tem de si próprio e dos outros e das emoções a elas associadas” (Granja, 2007:105). Desta forma, importa destacar que a imagem e a emoção são duas noções de extrema importância para a construção da identidade do indivíduo na relação entre o objetivo e o subjetivo.

Os critérios objetivos apresentam-se com relevada preponderância, ainda assim, não se pode negligenciar os critérios subjetivos. Todas as determinações sociais são diferentes, e tem impactos diferentes consoante o tempo e as condições sociais. É preciso identificar quais as mais significativas, as que são aprendidas e assimiladas pelos indivíduos ou grupos e permanecem.

Partindo deste conceito de complexidade, a identidade não é estática, não é um produto acabado, mas sim um processo inacabado que decorre ao longo da vida dos indivíduos (Erikson, 1994). Está em permanente transformação, produção e reprodução em relação aos contextos sociais, integrando representações do próprio sujeito sobre si, e as representações do sujeito sobre o outro, criando uma dinâmica de interação permanente “Identity is neither stable, nor a final achievement” (Dent e Withehead, 2001:11).

Como supramencionado, as identidades são construídas, em grande parte, socialmente, e é nestas contínuas interações sociais formais (instituições, escola, família, meios de comunicação, entre outros) e informais (relações sociais naturais, sem que exista uma definição preestabelecida da interceção) que os indivíduos apreendem os papéis sociais, interiorizam os valores e constroem um “código simbólico assente num conjunto de representações sociais” (Dubar, 1997 citado por Tavares, 2007:31).

A construção da identidade de cada indivíduo é um desafio permanente (Machado, 2003), uma construção mental das suas vivências pessoais, mas inesperável do outro

sendo as interações sociais a principal referência na construção da sua identidade, o outro é o espelho social (Barbier, 2006). A construção do conceito do eu é inseparável do outro.

Os processos de identificação assentam no domínio do simbólico, pois os indivíduos valorizam a afirmação de pertença a um grupo em que se reconhecem, diferenciando-se simbolicamente dos “outros” por exclusão (Barbier, 2006; Dubar, 1997; Tavres, 2007).

Pierre Tap em 1996 diferencia os conceitos de identificação e de identização. No primeiro processo os indivíduos agregam-se em conjuntos mais vastos de pertença ou referência de modo tendencial – processo de identificação, por outro lado, existe o processo pelo qual os indivíduos se autonomizam, diferenciam e distanciam-se de outros socialmente, criando fronteiras que podem ser mais ou menos inflexíveis – processo de identização (Tavares, 2007). Assim, como supramencionado as identidades afirmam-se simultaneamente por processos de identificação e de identização, por homogeneidade e por diferenciação em relação aos outros, grupos de oposição aos quais não pertencem, desta foram delimitando e criando fronteiras entre grupos.

Neste sentido, as identidades sociais constroem-se, por “integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e práticas de distinção classistas e estatuárias (...) [que conduz] a um jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes, a construção de identidades alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência)” (Pinto, 1991:219).

Dubar (1997) afirma que não existe uma diferenciação entre identidade individual e coletiva, a identidade do indivíduo constrói-se pelo indivíduo no processo de socialização, sempre fortemente marcada pelos processos biográficos “identidade para si” (de continuidade ou rutura) e o processo relacional “identidade para o outro” (reconhecimento ou não do outro). Pois na construção das formas identitárias coletivas intervêm fatores subjetivos, os processos socializadores, os dados biográficos, as singularidades do indivíduo, objetivos e as determinações sociais.

A identidade profissional é uma das formas de identidade coletiva mais importantes, pois é uma identidade especialmente duradora e ocupa grande parte da vida dos indivíduos, sendo uma forma efetiva de participação na vida social “O trabalho está no centro do processo de construção, destruição e reconstrução das formas identitárias,

porque é no trabalho que os indivíduos, nas sociedades salariais, adquirem o reconhecimento financeiro e simbólico da sua atividade” (Dubar, 2003:51).

2. Identidade profissional e serviço social

A necessidade de construção da identidade profissional acontece com qualquer grupo profissional, uma vez que a identidade atribui sentido à ação que desenvolvem, identifica a sua atividade, seu papel socialmente legitimado e o saber de ação (Granja, 2008).

Neste contexto importa esclarecer o conceito de profissão. Este é um processo dinâmico e histórico complexo, sendo difícil uma definição da mesma. Uma profissão pode ser definida como uma atividade humana praticada periodicamente que presta um determinado serviço à sociedade, e tem como características um corpo de saberes formal e especializado validado, a existência de um espaço profissional controlado pelos trabalhadores especializados e uma formação formal de ensino superior, que garanta acesso ao mercado de trabalho que está reservado aos profissionais. Rodrigues (2002) afirma que se torna importante destacar as características que dão suporte institucional à profissão para esta ser considerada como tal através de diplomas, graus, licenças que sejam emitidos por organismos legais certificados como a universidade, associações profissionais e o Estado.

Voltando à identidade profissional, a formação académica e a entrada no mercado de trabalho são dois processos muito importantes na construção da mesma (Dubar, 2005). Pois é durante a formação superior que são apreendidos os saberes, práticas, papéis, normas e valores da profissão que permite ao indivíduo integrar-se no grupo profissional e desempenhar a atividade profissional. A formação serve ao mesmo tempo para permitir perceber de onde vêm os profissionais num processo de identificação e filiação ao grupo profissional.

A par da formação também o estágio da licenciatura é de extrema importância sendo o primeiro contacto que os profissionais têm no terreno e com os colegas de profissão. É através do estágio e da entrada no mercado de trabalho que os profissionais começam a exercer e a refletir sobre as suas próprias experiências e adquirem novos

conhecimentos e práticas reconstruindo em permanência a sua identidade (Passarinho, 2012).

As formas identitárias são um resultado da personalidade do indivíduo, das questões e regras que lhe são impostas, e das interações que o indivíduo detém com o outro, na socialização profissional, construindo uma verdadeira identidade coletiva do grupo profissional. O grupo profissional detém um núcleo comum com o qual os elementos do grupo se identificam, ainda que as formas e expressão individual possam ser diferentes (Dubar, 1997).

Desta forma, a identidade profissional é simultaneamente a imagem que o profissional possui de si próprio e a forma como se define por referência ao grupo de pertença. Esta constrói-se por cada assistente social no decurso da sua prática de forma conjunta pelos trabalhadores e pela sociedade que detém uma imagem relativa à profissão e lhe confere uma legitimidade social.

A construção da identidade profissional em serviço social é particularmente complexa, “the identity of the professional of social work has often seemed unclear and contested” (Payne, 2006:138). Vários autores afirmam que se está perante uma crise de serviço social que é na sua essência uma “crise” ou ausência de identidade do serviço social (Asquith, Clark e Waterhouse, 2005; Webb, 2015; Carvalho e Pinto, 2015; Amaro, 2009).

Isabel Passarinho em 2012 revelou três fontes de razões para a dificuldade numa construção de identidade profissional, a primeira refere-se ao resumido debate sobre o que é ser profissional, em segundo lugar a difícil e frágil relação entre a teoria e a prática e em terceiro lugar o exercício de práticas profissionais provenientes do serviço social clássico.

3. A identidade e a profissionalização do serviço social

Iremos dar início a este tema com as reflexões de Abraham Flexner no seu discurso em 1915 quando argumentou que o serviço social não possuía três características necessárias para ser considerado uma profissão. Os principais argumentos utilizados por Flexner em 1915 dizem respeito à falta de um fim definido e específico para a profissão, ao facto de os assistentes sociais não assumirem as responsabilidades finais, e serem

apenas mediadores entre profissionais, e por último à dificuldade em encontrar um corpo organizado de saberes e técnicas que sejam específicos ao serviço social.

Passados vários anos sobre estas palavras, e apesar do serviço social ser uma disciplina profissional² os argumentos proferidos por Flexner sobre a profissionalização do serviço social são atuais e bastante debatidos, ainda hoje é discutido se o serviço social é uma profissão ou apenas se tem afirmado numa lógica profissionalizante (Fargion, 2008), devido à complexidade e proliferação de teorias, especificidades e campos de atuação do serviço social. Assim, no decorrer deste subcapítulo vamos abordar a profissionalização e especificidades da profissão de serviço social que lhe conferem uma identidade própria, no sentido de aprender os marcos identitários de serviço social.

Neste sentido, Amaro (2009) define três grandes momentos de agregação na construção da identidade profissional ao longo da história de serviço social em Portugal.

O primeiro grande momento concerne à institucionalização da profissão, com a finalidade de delimitar o campo de ação. A institucionalização da profissão teve início com a obra de Mary Richmond o *Diagnostico Social* publicada em 1917. Esta obra foi fundamental para a afirmação do serviço social, sendo a primeira a apresentar formulações teóricas sobre o serviço social e uma “cientifização” da prática aludindo à sistematização de conhecimentos, e à importância de estabelecer uma relação com o cliente e intervir sobre este tendo em conta o seu meio envolvente (Martinelli, 1989).

A intervenção neste primeiro grande momento está ligada ao serviço social clássico, distinguindo-se por uma intervenção mais conservadora, centrada no indivíduo, ainda assim na visão clássica a intervenção é realizada de forma diferenciada e repartida entre indivíduos, grupos e comunidades designados os métodos tradicionais do serviço social.

Esta visão e forma de agir começa a ser questionada e repensada, dando origem ao movimento de reconceptualização que introduz uma nova metodologia, o método integrado, sublinhando a necessidade de intervir de forma integrada e global a nível micro, meso e macro e ao nível das políticas sociais, com o objetivo do assistente social possuir um conjunto de ações capazes de modificar e intervir em função das situações e problemas, contrariando uma intervenção delimitada e diferenciada por níveis de

² (IFSW, 2014)

intervenção que não tomava em conta a interdependência entre as situações individuais, de grupo e de comunidade. (Amaro, 2015; Branco, 2009; Núncio, 2010).

O segundo grande momento é a academização que é efetivada com o reconhecimento do grau de licenciatura em 1989. O supramencionado movimento de reconceptualização, designado em Portugal também por visão alternativa, definia-se por um novo pensamento, novas metodologias, que dava destaque a uma dimensão mais política e uma prática voltada para a dimensão comunitária no sentido da promoção e desenvolvimento social. Esta visão traz o desenvolvimento de projetos e trabalhos sobre a comunidade nos quais os assistentes sociais vão começando a ser envolvidos e desta forma os “projetos comunitários vão possibilitar outras formas e técnicas de ação no terreno e o surgimento e necessidade de compreensão de outras dimensões que ultrapassam o domínio da relação interpessoal ou grupal” (Amaro, 2009:32).

A visão alternativa rompia assim com a visão clássica do serviço social, esta ruptura fez-se sentir essencialmente na academia, pois as escolas rejeitaram a visão clássica, e abraçaram a visão alternativa como a nova visão do serviço social, esta mudança de paradigma acabou por criar um desfazamento com a prática de serviço social no terreno. Pois se por um lado a visão alternativa rejeitava o assistencialismo, no terreno era preciso não raras vezes recorrer a ações de carácter assistencialista.

Este desfazamento entre a formação e o trabalho no terreno acabou por provocar em alguns assistentes sociais sentimentos de insegurança em relação à profissão, uma vez que ficava assente a rejeição da visão clássica, mas ao mesmo tempo a nova visão não trazia pontos de ancoragem suficientemente fortes, o que originou “áreas de vazio e silêncio na profissão que obstam à constituição e uma identidade profissional sólida, positiva e mobilizadora do corpo profissional” (Amaro, 2009:33). Os valores associados a esta nova visão assentavam nos direitos humanos, na consciencialização cívica e na capacidade de uma visão holística. Estes eram entendidos como tendo uma extrema importância, ainda assim por si só não pareciam conseguir “alicerçar novas identidades para a profissão (Amaro, 2015:100).

A visão alternativa foi criticada por alguns autores entre eles Marilda Yamamoto (2000) que expôs o facto do serviço social se poder tornar demasiado voluntarista, com uma visão messiânica e o desejo de transformar a sociedade que ultrapassa o domínio

profissional, e descuidando a importância da dimensão política da profissão. (Amaro, 2009).

É evidente o reconhecimento da visão alternativa como marco decisivo na construção profissional, foi com base neste movimento que os docentes, estudantes e profissionais lutaram pela academização do serviço social, culminando com o reconhecimento da licenciatura a 9 de setembro de 1989, mais tarde o reconhecimento do mestrado e em 1991 dá-se a regulamentação da carreira do técnico superior de serviço social, pontos estes que foram decisivos no desenvolvimento do serviço social em Portugal (Carvalho e Pinto, 2015). E na segunda metade dos anos 90 multiplicam-se cursos do serviço social não só no privado, mas também no ensino público.

O processo de academização não está ainda completamente concluído, uma vez que a inserção do serviço social no meio académico ainda é contestada, não existe consistência na investigação e produção científica, e existe uma comunidade científica ainda tímida.

O grande terceiro momento de agregação segundo Amaro (2009) é a necessidade de afirmação profissional pública e a premência da regulação do exercício e formação dos assistentes sociais.

A formação em Portugal é composta por 21 cursos de primeiro ciclo, oito cursos de mestrado e três cursos de doutoramento, (Carvalho e Pinto, 2015) existindo uma variedade de cursos com diferentes planos curriculares, esta diversidade de cursos não regulada pode apresentar dificuldades, segundo Branco em 2009 “na ausência de tradição e know-how das novas escolas de formação de assistentes sociais em Portugal, constitui o campo do ensino em serviço social em Portugal, ao nível do 1º ciclo, como um domínio atravessado por fragilidades e riscos quanto à qualidade da formação assegurada a exigir atenção e regulação básica” (Branco, 2009:74). Em relação ao mercado de trabalho outra questão importante debate-se com as fronteiras da profissão na ocupação por outros profissionais para cargos que pertencem aos assistentes sociais.

É perante este cenário que se torna necessário definir quais as especificidades do serviço social e o seu campo de ação, e igualmente a necessidade do reconhecimento da ordem dos assistentes sociais.

4. As especificidades da profissão de serviço social: definição, teoria e prática

Atualmente, a definição mais recente de serviço social pela Federação Internacional (2014) é *“O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social” (IFSW, 2014).*

O serviço social apresenta-se, assim, como uma disciplina das ciências sociais, que estuda e promove a mudança social e o bem-estar social, intervindo com base em teoria e métodos científicos, no sentido de desenvolver com a pessoa o seu potencial humano num processo de capacitação e empowerment, tendo em conta o contexto em que o indivíduo está inserido e regendo toda a sua intervenção pelos princípios de justiça social e direitos humanos. Importa destacar que a intervenção é a dimensão mais visível do serviço social, mas também pode empobrecer e reduzir a importância do mesmo se a intervenção não se aliar à investigação.

Apesar da definição da Federação Internacional de Serviço Social reconhecer o serviço social como disciplina científica, este tema não é ainda consensual.

Alguns autores como (Caparrós, 1992; Viscarret, 2007) apontam algumas razões que justificam esta falta de consenso sobre o tema. Em primeiro lugar o serviço social é uma profissão com uma formação académica relativamente jovem, em segundo lugar o serviço social partilha o campo social com outras profissões, em terceiro pela génese do serviço social onde o conhecimento e o corpo de saberes que emanou da prática, não se considerava inicialmente como conhecimento científico, mas sim como um saber prático. E por fim pelo facto de o serviço social recorrer de forma errada a conhecimentos científicos produzidos em outras áreas do saber que utiliza como base à sua intervenção. Faz sentido ainda referenciar que o serviço social está dependente dos contextos e das mudanças da realidade social que aumenta a complexidade dos conhecimentos serviço social.

Apesar das questões e constrangimentos apresentados, o serviço social constitui-se uma disciplina científica. Para Lagos (2004 citado por Santos, 2008) o serviço social “constitui uma disciplina científica com um conteúdo próprio e autônomo integrado por um objeto de estudo próprio” (Lagos, 2004 citado por Santos, 2008:51), pois este detém um conjunto de conhecimentos sistematizados das suas experiências práticas, que vão para além do conhecimento prático da sociedade.

Um grupo profissional detém saberes comuns, um corpo de conhecimentos específicos que se apresentam como um elemento central na construção identitária do grupo profissional e na sustentação e afirmação da profissão. Amaro (2009) menciona que a falta de afirmação profissional está relacionada com o obscurantismo identitário que provém da falta de consciência de um corpo de saberes próprios (Amaro, 2009:37). A inexistência de um corpo de conhecimentos específicos ao serviço social foi um dos elementos pelo qual Flexner no ano de 1915 não considerou o serviço social como uma profissão, passados vários anos, ainda hoje a produção de conhecimentos em serviço social é tema de debate mesmo dentro do grupo profissional devido a sua complexidade.

Se inicialmente o serviço social dependia do conhecimento de outras disciplinas científicas já existentes, nos dias de hoje o serviço social dispõem de perspectivas próprias, como supramencionado, ainda assim ao longo da história da profissão e ainda hoje, não existe consenso sobre os conhecimentos que o assistente social deve apreender e isso foi refletido ao longo dos planos de estudos, e ainda é atualmente verificável através da diversidade de planos de estudos conforme as orientações das Instituições de ensino.

Vários autores, como Payne (2002), defendem a existência de um paradigma que abarque as várias teorias de forma coerente. É também neste sentido que o autor Paulo Netto (2001) conceptualiza o conceito de sincretismo que significa conciliar várias perspectivas e teorias. Segundo vários autores esta questão não precisa de ser vista como um ponto negativo e pode mesmo deixar de ser um problema na construção da identidade, e ser antes um aspeto positivo e enriquecedor da profissão, que lhe confere plasticidade e identidade, beneficiando da heterogeneidade das visões do serviço social em contrariedade à homogeneização da profissão (Gentili, 2006; Carvalho e Pinto, 2015:89). Reamer (1994) alerta para que não se pretende a uniformidade, mas também as teorias não devem ser misturadas sem coerência, cada profissional deve conhecer as diferentes perspectivas e selecionar a abordagem mais conveniente à situação.

Na modernidade, existem uma complexidade de concepções do serviço social, Malcolm Payne em 1996 apresenta três visões sobre a profissão do serviço social, representando três diferentes formas de pensar e de agir. Estas três visões não correspondem a posicionamentos opostos, mas sim complementares, não sendo raras as vezes que os assistentes sociais incorporam elementos das diferentes concepções na sua prática.

A primeira visão designa-se individualista-reformista ou perspectiva de ordem social, diz respeito à resolução de problemas e satisfação das necessidades individuais, não procurando mudanças a grande escala, mas sim mudanças a níveis individuais, identificando-se com procedimentos de assistência.

A visão socialista-coletivista ou perspectiva transformacional identifica-se com a mudança estrutural da sociedade no sentido em que as pessoas mais vulneráveis se capacitem, ganhem poder sobre as suas vidas, para a construção de uma sociedade igualitária, por isso, esta visão recusa a ordem social.

A última visão apresentada por (Payne, 2006 [1996]) é a visão reflexivo-terapêutico ou perspectiva terapêutica mencionando o serviço social como facilitador e promotor da autorrealização e autonomização dos indivíduos, grupos e comunidades tendo como finalidade alcançar o desenvolvimento social e o bem-estar. Esta perspectiva compreende a interação entre profissionais de forma a tornar o trabalho reflexivo.

Elementos destas três visões estão também presentes nas próprias identidades dos assistentes sociais, pois estas visões representam as práticas dos assistentes sociais.

No que diz respeito à relação entre a teoria e prática em serviço social, este é também um dos temas centrais no serviço social, por se tratar de uma relação tão complexa que não é consensual, sendo há vários anos tema de debate e de controvérsia. (Parton, 2000; Fargion, 2008; Faleiros, 1997). Esta relação apresenta-se, assim, como uma fonte de tensão, uma vez que os profissionais assumem para si as referências da formação e quando chegam ao campo estas não correspondem ao que foi assumido na formação criando nos profissionais um confronto identitário (Granja, 2007; Weissaupt, 1988; Gentilli, 2006; Amaro, 2009).

Os profissionais quando chegam ao campo põem em causa a sua formação e percebem-na como insuficiente deparando-se com as complexas situações, e as relações

sociais, em adição os assistentes sociais estão expostos à mutabilidade das políticas sociais o que acrescenta um maior grau de complexidade.

Diferentes autores apresentam dois grandes motivos para a difícil articulação entre a teoria e prática. O primeiro motivo diz respeito à formação e o segundo à pesquisa científica. A autora Gentili, (2006) refere estes dois pontos mencionando que a formação dispõe de uma fraca articulação com a prática por três razões distintas. Primeiramente a teoria não se apresenta como suficientemente próxima do cotidiano do profissional, deixando muitas áreas de vazio para o profissional quando este chega ao campo. O segundo ponto concerne à priorização das políticas e da ideologia na teoria, e a prática profissional diz respeito às práticas do cotidiano. Por fim, existem formulações teóricas descontextualizadas.

O segundo grande motivo para a fraca articulação entre a teoria e a prática, de acordo com a autora, são as pesquisas científicas que se dedicam na maioria a questões macrossociais, existindo uma literatura reduzida sobre questões mais próximas ao cotidiano do profissional.

Um dos aspetos que influencia as ações e a própria identidade dos profissionais é o contexto organizacional em que se inserem ao mesmo tempo que os assistentes sociais são influenciados pelo contexto organizacional, também este influencia os profissionais (Croizier, 1977 citado por Granja, 2007). O assistente social trabalha sempre integrado nas mais diversas organizações ou instituições e essa pertença à instituição é um marco identitário incontornável. O assistente social ao trabalhar num contexto organizacional representa os objetivos dessa instituição onde se insere, mas pretende também afirmar a sua identidade, procurando legitimação e valorização o que cria uma tensão entre o saber que aprendeu na formação académica, o sentido ético e os interesses da organização. “Esta tensão alimenta uma procura de ajustar o funcionamento das instituições às referências identitárias construídas na formação moldadas pela experiência e princípios éticos” (Granja, 2007:202).

O autor (Weisshaupt, 1988) identifica duas situações distintas que ocorrem aos profissionais nesta dialética entre o seu quadro de referências e o da organização em que está inserido. A primeira situação ocorre quando os propósitos do serviço social e da instituição são distintos ou não se encontra um ponto de ligação e o assistente social refugia-se na vertente humanista do serviço social. Na segunda situação os objetivos do

serviço social e os objetivos da instituição diluem-se e o assistente social acaba por reproduzir unicamente o discurso da instituição à qual pertence.

5. A ética, princípios e valores em serviço social

Os valores e princípios sempre foram centrais à identidade do serviço social, (Amaro, 2015; Reamer, 2006; Banks, 2003; Bisman, 2004), sendo um dos traços mais distintivos da profissão e que demarca o serviço social de outras profissões (Asquith, Clark e Waterhouse, 2005).

Os valores sempre fizeram parte da história da profissão, mas aspetos dos valores do serviço social foram sofrendo alterações. Reamer (2006) identificou seis orientações, que correspondem a diferentes períodos da história, importa referir que as seis orientações não são estanques, e podem ser encontrados elementos destas diferentes orientações em diversos períodos da história da profissão.

A primeira orientação tem um carácter paternalista e encontra-se principalmente durante o final do século XIX e início do século XX, em que a intervenção era centrada no indivíduo, em especial em indivíduos que não dispusessem de condições de autossustento como por exemplo desempregados e sem-abrigo. A segunda orientação destaca a justiça social, numa sociedade em que os mais desfavorecidos e oprimidos resultam de um sistema capitalista com defeitos, sendo imperativo uma mudança social, a construção de políticas de bem-estar social que permita uma igualdade de oportunidades. A terceira é a orientação religiosa e esta pode integrar elementos das orientações paternalista e de justiça social, em que o trabalho social desenvolvido advém dos princípios religiosos, numa lógica de caridade e assistencialismo. A quarta perspectiva foi mais visível a partir de 1970, e designa-se orientação clínica, foca-se nos valores da profissão e nos dilemas éticos que foram surgindo da intervenção crescente com indivíduos, famílias e grupos, sendo dada especial atenção e reflexão aos dilemas éticos relacionados com a confidencialidade, consentimento informado e fronteiras na relação com o cliente. Na quinta orientação estão igualmente presentes os valores e a ética do serviço social, mas se na orientação clínica a preocupação com os dilemas éticos visava o benefício do cliente, nesta perspectiva têm-se em primeira instância a necessidade da proteção do profissional contra processos judiciais. A sexta e última orientação aborda o tecnicismo, pois quando o profissional tem uma visão essencialmente tecnicista em que

está preocupado com as técnicas, não reflete sobre os valores e as dimensões éticas da profissão.

Relativamente à ética, esta deriva da palavra grega *ethos* e tem nos seus alicerces os valores e princípios fundamentais que estruturam a profissão, sendo estes o respeito e promoção dos direitos dos indivíduos – o respeito por cada indivíduo, respeitar e promover os direitos humanos e o direito à autodeterminação de indivíduos e grupos; a promoção do bem-estar; a igualdade e justiça distributiva (Banks, 2001). Neste sentido os profissionais devem basear toda a sua atividade na ética.

A ética de uma profissão tem três dimensões distintas, a dimensão teológica que alude à finalidade da profissão e o que esta vai prestar à sociedade, a dimensão normativa, que diz respeito ao quadro de norma, que se materializa no código deontológico e a dimensão pragmática que se traduz na aplicação das normas à conduta do assistente social. A ética está assim relacionada com a própria legitimação social da profissão (Núncio, 2010).

CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA JUSTIÇA E NOS SERVIÇOS PRISIONAIS

O trabalho social nos EPs iniciou-se no século XIX e segundo Pimentel (2001), este trabalho social pode ser essencialmente percebido em três fases distintas.

A primeira fase teve início em 1867 e caracterizava-se pela intervenção de instituições privadas de assistência social com um carácter religioso. A segunda fase é entendida entre 1902-1936 em que existiam duas comissões de patronato em Lisboa e Porto, legisladas pelo Estado a intervir especificamente nos EPs. A terceira fase desenvolve-se entre 1936 e 1981 e corresponde a uma intervenção estatal mais ampla que garantia a assistência social nos EPs e foi delimitada a ação dos patronatos.

Em 1956 o Estado no sentido de profissionalizar e melhorar a intervenção dos profissionais do serviço social, publica um regulamento definindo a sua estrutura, organização e as suas principais funções. Estas eram “auxiliar o detido (...) preparar com a necessária antecedência o promover o repatriamento e a colocação familiar e profissional dos reclusos postos em liberdade condicional, vigiada ou definitiva, recorrendo à colaboração das entidades públicas ou particulares, capazes de coadjuvarem a assistência prisional” (Pimentel, 2001:261).

Mais tarde o Decreto-Lei nº346/91 estabeleceu a carreira de técnico superior de reeducação e em 1995 o Decreto-Lei n.º58/95 de 31 de março estabeleceu que os técnicos de reeducação social deixam de ser exclusivamente profissionais com formação em serviço social, e passam também a ser aceitas outras licenciaturas das ciências sociais e humanas como por exemplo sociologia, direito, psicologia e história.

A formação dos técnicos superiores de reeducação passa assim a ser pluridisciplinar, apesar desta pluridisciplinaridade não se refletir na constituição das equipas, pois todos os técnicos exercem funções de técnico superior de reeducação independentemente da sua formação base (Gomes, 2003).

Os autores Matejkowski, Johnson & Severson em 2014 publicaram um artigo que recomenda o que os profissionais de serviço social devem fazer no contexto prisional,

assim o serviço social deve representar e dar voz numa ótica de advocacy³ a todos os reclusos; providenciar igualdade de acesso a serviços de saúde, medicamentos, nutrição, e programas de reabilitação; identificar programas escolares e profissionais que capacitem e contribuam para a reintegração do recluso na sociedade; Proporcionar advocacy e liderança no trabalho social para que se possam estabelecer políticas nacionais sobre questões de justiça criminal.

O profissional de serviço social a exercer funções na relação com o recluso deve equacionar em conjunto com o mesmo o que vai ser necessário trabalhar, que programas de educação ou formação profissional, e ainda que competências o indivíduo vai precisar de adquirir ou melhorar no sentido da capacitação⁴ do indivíduo e de empowerment⁵ levando o recluso reconhecer as suas opções e tomar decisões coerentes. Este processo de reintegração tem de começar assim que o recluso entra no EP. O serviço social quando intervém com o recluso deve ter sempre em atenção o contexto em que o recluso está envolvido e os seus laços sociais. Deve ainda, deter uma visão holística da situação e ser capaz de mobilizar recursos (McNeil *et.al*, 2005).

Em adição às funções concretas dos profissionais nos EPs, o serviço social tem sempre como orientador de toda ação os direitos humanos. No meio prisional é evidente a necessidade de o serviço social defender os direitos humanos, embora os indivíduos estejam em meio de privação de liberdade este nunca deve ser limitativo da ação do serviço social neste contexto. O serviço social deve ainda atuar no sentido de promover e garantir os princípios de justiça social e dignidade humana tão importantes no meio prisional em que muitas vezes estes princípios não são cumpridos. Este trabalho para a

³ Por advocacy ou advocacia entende-se “representar os interesses de clientes impotentes junto dos indivíduos e estruturas sociais poderosas” (Payne, 2002:365).

⁴ Por capacitação entende-se “processo mediante o qual os trabalhadores sociais apoiam os clientes a identificarem o leque total de possibilidades que podem ir de encontro às necessidades dos clientes. Este trabalho visa ajudar os clientes a tomar decisões que permitam alterar certas situações que afetam as suas vidas” (Payne, 2002:375).

⁵ Por empowerment entende-se “processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmo e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sociocultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania (Pinto, 1998:247).

garantia dos direitos humanos deve ser não só realizado a um nível individual, mas também a um nível meso e macro.

O serviço social detém ainda uma dimensão de extrema importância, que está ligada à sua identidade profissional e esta diz respeito à sua dimensão política, como supramencionado, o serviço social deve estar envolvido no debate sobre a criação de novas estratégias e projetos participando na criação de novos programas que beneficiem os reclusos, participando numa mudança sociopolítica.

Assim, o serviço social dispõe de um conjunto de conhecimentos únicos que aplicados beneficia a reintegração do indivíduo na sociedade.

1. O técnico superior de reeducação

O trabalho anteriormente desenvolvido exclusivamente pelo serviço social no EP é agora desenvolvido por técnicos com formações de diversas áreas das ciências sociais e humanas, designados técnicos superiores de reeducação.

Segundo o relatório sobre o sistema prisional e tutelar da República Portuguesa em 2017 existiam nesse mesmo ano 178 técnicos superior de reeducação a exercerem funções.

A carreira de técnico superior de reeducação foi criada através do Decreto-Lei nº346/91 de 18 de setembro pela Direção Geral de Serviços Prisionais, atualmente Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais⁶. Este decreto de lei determina as tarefas de técnico superior de reeducação, que permanecem as mesmas até hoje, como sendo as seguintes:

⁶ O Decreto-Lei n. °215/2012 de 28 de setembro define a nova Direção Geral a DGRSP, extinguido a anterior DGSP. Segundo este mesmo decreto de Lei a criação da DGRSP “permite uma intervenção centrada no indivíduo desde a fase pré-sentencial até à libertação, preparando, em colaboração com os serviços do setor público e privado, de oportunidades de mudança e de reinserção social, diminuindo as consequências negativas da privação da liberdade e reduzindo os riscos de reincidência criminal” (Decreto-Lei n. °215/2012).

Propor e desenvolver as atividades necessárias ao acolhimento dos reclusos em colaboração com o Instituto de Reinserção Social e os restantes serviços do estabelecimento.

Conceber, adotar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos considerados mais adequados ao acompanhamento dos reclusos durante a execução das medidas privativas de liberdade, nomeadamente no que respeita à elaboração e atualização do plano individual de readaptação e à emissão de pareceres legalmente exigidos ou superiormente solicitados.

Prestar às direções dos estabelecimentos a assessoria técnica necessária à execução do plano individual de tratamento dos detidos, nomeadamente no que concerne à colocação laboral, à frequência de cursos escolares e de formação profissional, à aplicação de sanções disciplinares e a alterações do regime de cumprimento de pena.

Apoio técnico aos tribunais de execução de penas através da elaboração de relatórios, emitindo pareceres sobre a evolução da personalidade dos reclusos, durante a execução da pena, de modo a habilitar os respetivos juízes a avaliar a persistência ou não de perigosidade e a viabilidade da sua reinserção social.

Elaboração de programas e execução de estudos psicossociais e acompanhamento individual dos delinquentes.

Conceção e ou desenvolvimento de projetos de atuação a nível de grupos específicos em risco psicoafectivo, designadamente toxicodependentes, portadores de doenças transmissíveis, jovens adultos e doentes mentais.

Conceber programas de prevenção primária e secundária, nomeadamente de consultas, tratamento e apoio permanente a reclusos em risco e ou consumidores de drogas.

Organizar e dinamizar atividades culturais recreativas, formativas e de educação física, com a participação dos reclusos, com vista à ocupação dos tempos livres e à promoção da vertente psicossocial dos mesmos.

Organizar o contacto dos reclusos com o meio exterior, incentivando a troca de correspondência e o convívio periódico com familiares e amigos.

Organizar cursos escolares de diferentes graus de ensino, estimular os reclusos à sua frequência e estabelecer os contactos necessários com o Ministério da Educação.

Fomentar o acesso dos reclusos aos meios de comunicação social por forma a mantê-los informados dos acontecimentos relevantes da vida social.

Estimular a participação de grupos de voluntários da comunidade na vida prisional em ordem a viabilizar a ressocialização futura dos reclusos.

Organizar estudos estatísticos e elaborar planos e relatórios das atividades.
(Dec. Lei 346/91 de 18 de setembro).

No geral, fica assente que os técnicos superiores de reeducação têm como funções o acolhimento do recluso facilitando a sua adaptação ao contexto prisional, o acompanhamento do indivíduo durante todo o tempo que ele permanece no EP no sentido de desenvolver as capacidades pessoais, educacionais e laborais do recluso, tendo sempre em consideração as especificidades e particularidades de cada indivíduo, com vista à reintegração positiva deste na sociedade. Neste contexto o TSR deve igualmente trabalhar em parceria com outras instituições e ou organizações mobilizando recursos de forma a facilitar a reintegração do indivíduo. O técnico desenvolve também um papel de mediador entre o recluso a sua família e o seu meio (Capul e Lemay, 2003). O TSR realiza ainda funções de assessoria ao tribunal através da elaboração de relatórios, imitando os seus pareceres nas fases de pré-sentença e pós-sentença.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

1. Objetivo

O presente trabalho é uma investigação de carácter exploratório, via método indutivo e tem como pergunta de partida: como é construída a identidade do assistente social estando a exercer funções num EP enquanto técnico de reeducação?

Foram elaboradas ainda outras perguntas de investigação para auxiliar no delineamento dos objetivos para a presente investigação. Que especificidades tem o assistente social? O que caracteriza o assistente social? Que identidades têm os profissionais (assistentes sociais)? Em que baseia o assistente social a sua prática? Qual a importância da identidade profissional do assistente social? Qual a importância da formação para a construção da identidade profissional?

O objeto de estudo é compreender como é construída a identidade profissional dos assistentes sociais no campo profissional da reeducação social. Sendo os objetivos específicos da investigação os seguintes:

- ✓ Refletir sobre a importância da identidade profissional em serviço social.
- ✓ Conhecer e compreender a construção da identidade do assistente social.
- ✓ Explorar que especificidades traz o assistente social com ele para a realização do seu trabalho para o campo profissional da reeducação social.
- ✓ Indagar a importância dos trabalhadores com formação em serviço social nos estabelecimentos prisionais.

Esta investigação surge de um interesse pessoal grande sobre a temática e pela crescente importância, tanto num panorama internacional como nacional (Webb, 2015), dada à reflexão sobre a identidade do serviço social, evidenciada pelo crescente corpo de leitura produzido nos últimos anos sobre o tópico.

Ainda assim os investigadores sabem relativamente pouco sobre esta temática (Baxter, 2011), uma vez que são vários os obstáculos que têm dificultado uma clara definição da identidade profissional do serviço social.

O Estudo da identidade profissional na área de serviço social permite uma clarificação teórica, a elaboração e mapeamento de alternativas que contribuem para um melhor conhecimento e entendimento no campo do serviço social, em especial numa

altura em que se discute uma crise de identidades ou uma ausência de identidade profissional em Portugal (Granja, 2007; Passarinho, 2012).

2. Opções metodológicas

A realização de uma investigação empírica contempla sempre a tomada de opções metodológicas. Uma vez que estas opções configuram-se de relevada preponderância para a qualidade dos dados e conseqüentemente para atingir os objetivos a que o estudo se propõem, pois determinados métodos são mais ajustados a determinados estudos.

Neste sentido, de forma a atingir os objetivos desta investigação extraindo os benefícios das opções metodológicas, optou-se por uma investigação de carácter exploratório, qualitativa via método indutivo.

A investigação apresenta-se como um estudo exploratório pois não existem referências bibliográficas suficientes que abordem o tema, tratando-se de um tema bastantes específico.

3. A entrevista

Neste estudo, optou-se por uma estratégia metodológica de natureza qualitativa e recorreu-se à entrevista como técnica de recolha de dados, pois como supramencionado, a escolha adequada do instrumento de recolha de dados é essencial na condução de um bom estudo (Creswell, 1998), caso contrário podem ocorrer enviasamentos (Vilelas, 2009).

Neste sentido a entrevista apresenta-se como o instrumento mais adequado às características deste estudo, pois esta permite a profundidade dos dados recolhidos.

Não se pretende, com a escolha da entrevista, uma representatividade estatística, mas sim uma representatividade social (Guerra, 2006), onde o mais importante é a profundidade dos dados, compreender as opiniões, conhecimentos, e as conceções que os entrevistados detém sobre o objeto de estudo. Como qualter técnica de recolha de dados tem não só vantagens, mas também desvantagens, a entrevista apresenta como vantagens, como supramencionado, obter bastante informação em profundidade, e como desvantagens o envolvimento emocional, e a possível influência da opinião do

entrevistado se forem realizadas perguntas e comentários tendenciosos, é por isto importante haver uma preparação antes de efetuar as entrevistas.

Neste estudo, optou-se pela entrevista semidirecta ou semiestruturada recorrendo inevitavelmente à construção de um guião de entrevista como instrumento de recolha de dados. O guião de entrevista (anexo A) foi especificamente criado para a presente investigação, de forma a que fossem recolhidas informações que permitissem um entendimento profundo da realidade em estudo. Este contém dezoito questões, sendo algumas de carácter mais estruturado e outras perguntas-guias, mais abertas, por fim foram redigidas algumas questões sobre as características sociodemográficas dos sujeitos entrevistados. O guião de entrevista foi construindo com base em diferentes fontes bibliográficas.

As entrevistas semidirectivas, possibilitam uma maior liberdade de expressão, não cortando com a linha de pensamento por parte do entrevistado. O entrevistador deverá apenas, caso necessário, reconduzir o entrevistado de forma subtil, e com naturalidade de novo para os objetivos pretendidos, esta intervenção reduzida por parte do entrevistador é também importante para não influenciar o entrevistado, o que irá permitir uma maior qualidade e riqueza do material recolhido (Guerra, 2006).

4. Constituição da amostra

Para a realização deste estudo e dada a natureza dos objetivos optou-se por uma amostragem não probabilística, e foram seleccionados os sujeitos que permitiriam obter um conhecimento mais aprofundado da temática em estudo.

A construção da amostragem detinha apenas dois critérios de seleção simples, primeiro que os profissionais exercessem funções num EP e em segundo lugar que detivessem uma licenciatura em serviço social.

A escolha dos EPs foi primeiramente pensada tendo em conta uma proximidade geográfica à zona de residência da investigadora o que permitia um acesso facilitado aos EPs, mas esta escolha foi realizada em última análise pela DGRSP pois as entrevistas foram efetuadas apenas em EPs que esta autorizou.

A amostra do estudo foi constituída por 14 profissionais, 12 técnicos superiores de reeducação e 2 adjuntos do diretor com formação académica em serviço social que

exercem funções nos Estabelecimentos Prisionais de Carregueira (2 entrevistas), Leiria (2 entrevistas), Leiria jovens (3 entrevistas), Lisboa (2 entrevistas) e Sintra (5 entrevistas).

Em termos de caracterização sociodemográfica dos entrevistados (anexo B) 11 dos participantes são do sexo feminino e 3 do sexo masculino. As suas idades estão compreendidas entre os 40 e 58 anos.

5. Processo de recolha de dados

De forma a garantir as condições necessárias à recolha de dados, foi imprescindível recorrer alguns procedimentos prévios. Primeiramente foi elaborado um pedido por escrito à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, onde constava uma carta dirigida ao Sr. Diretor-Geral Dr. Celso Manata, um documento com o tema o objetivo geral e específicos, fundamentação teórica para o estudo, plano metodológico, amostra, dimensões da entrevista e bibliografia, respetivamente assinado por mim e pela minha orientadora e foi ainda enviado o comprovativo de matrícula no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

A autorização para a recolha de dados foi-me concedida (Anexo C), ainda que não para todos os Estabelecimentos Prisionais para os quais foi proposto no pedido de autorização. De seguida entrei em contacto via email e telefónico com os estabelecimentos prisionais para proceder à marcação das entrevistas.

Todas as entrevistas foram agendadas através de contacto telefónico ou via email (na maioria dos casos pela adjunta do diretor) à exceção do EP de Sintra em que existiu uma conversa presencial, prévia à entrevista, com o diretor do EP com o objetivo de explicitar os objetivos da entrevista e do estudo, uma vez dada a autorização do diretor o próprio indicou-me quais os técnicos que tinham formação académica em serviço social e foi então agendada uma data para a realização das entrevistas.

É de referir que os agendamentos das entrevistas foram sempre efetuados de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. No que diz respeito ao espaço físico em que decorreram as entrevistas, este foi sempre indicado pelo entrevistado, e todas as entrevistas decorreram no gabinete dos técnicos superiores de reeducação à exceção do estabelecimento prisional da Carregueira onde as duas entrevistas decorreram na sala de

reuniões. Importa referir que todas as entrevistas foram individuais, estando presentes na sala apenas a entrevistadora e o entrevistado.

As 14 entrevistas foram realizadas entre o dia 30 de junho de 2016 e o dia 22 de março de 2017. O tempo mínimo e máximo de cada entrevista foi respetivamente de 20 minutos e 1h20 minutos.

Durante a entrevista foram tomados alguns cuidados para que as entrevistas decorressem com neutralidade e de forma a que os entrevistados se sentissem confortáveis a expor as suas opiniões e vivências, conduzido a maior eficiência dos dados recolhidos (Carmo e Ferreira, 1998). Assim, foi assumida uma postura de escuta ativa, evitando interromper o entrevistado e realizar perguntas tendenciosas, respeitando os silêncios e os tempos do entrevistado, não praticando juízos de valor, tendo sempre como base ser empático.

6. Considerações éticas

No decorrer de toda a investigação foram sempre consideradas as questões éticas, de forma a garantir os direitos dos participantes ao longo da investigação.

A todos os participantes foi sempre explicado o propósito da entrevista e do estudo e garantida a privacidade e confidencialidade do entrevistado de forma a protegê-lo de qualquer dano físico, psicológico e profissional (Bryman, 2012; Carmo e Ferreira, 1998), todos os profissionais optaram por colaborar na investigação de forma voluntária, ciente e com conhecimento de causa.

Garantir o anonimato e a confidencialidade da informação obtida revela-se também importante para criar uma relação de confiança com o entrevistado, conduzindo a uma maior abertura e segurança do entrevistado para partilhar a informação de forma sincera o que resultará numa maior fiabilidade e mais profunda recolha de dados (Mack, et al. 2005).

Antes do início de cada entrevista foi explicado o objetivo da entrevista, clarificando que o gravador poderia ser desligado sempre que o entrevistado assim o entendesse, ou podendo interromper a entrevista ou não responder a todas as questões colocadas, que os dados recolhidos iriam ser de uso exclusivo para a presente investigação, e foi solicitado aos entrevistados que assinassem o consentimento

informado para a realização da entrevista e gravação áudio (anexo D). Importa mencionar que 5 dos entrevistados recusaram a gravação áudio, permitindo apenas que pudesse escrever e tomar notas durante a entrevista.

As entrevistas após a gravação foram transcritas para documentos de texto, procurou-se ao máximo respeitar na íntegra todas as expressões e interjeições, frases inacabadas e palavras que servem de apoio ao texto verbal. Uma vez com as entrevistas transcritas, estas foram analisadas e construídas categorias de forma a organizar os dados recolhidos permitindo uma boa análise dos mesmos.

7. Limitações do estudo

A investigação apresenta algumas limitações, designadamente a seleção intencional dos sujeitos e a generalização dos resultados, importa destacar que as opiniões e vivências dos entrevistados são singulares e particularizadas, decorrendo da experiência em 5 EPs, portanto estas realidades não podem ser automaticamente transpostas para outros contextos, estando marcadas por este conjuntura sociodemográfica.

É também necessário fazer referência à recolha de dados, nomeadamente às entrevistas, que se considera que decorreram sem especial anomalias, no entanto a inexperiência da investigadora pode ser um limite ao estudo, pois dificulta o processo de recolha de dados. Neste sentido, é aqui imperativo assumir algumas fragilidades enquanto entrevistadora.

Existem ainda outras situações que podem influenciar a qualidade dos dados recolhidos, designadamente as interrupções ao longo das entrevistas fazendo com que o entrevistado perdesse o raciocínio lógico que seguia, e situações em que o entrevistado manifestava alguma dificuldade na compreensão ou intenção de algumas perguntas o que acabou por acontecer de forma mais evidente nas questões relacionadas especificamente com a identidade profissional, onde os profissionais apresentaram dificuldades a responder, e mostraram-se reticentes na resposta.

CAPÍTULO IV- ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados obtidos das entrevistas efetuadas, será realizada uma análise geral, categorial do conteúdo das entrevistas e no capítulo seguinte uma análise pormenorizada, individual do percurso biográfico de entrevistas selecionadas, no sentido de melhor compreendermos os processos da construção identitária e qual a identidade assumida dos sujeitos entrevistados.

De forma a possibilitar uma análise mais clarificada e sintética foi construído um quadro (anexo B) com oito parâmetros de forma a caracterizar cada entrevistado sóciodemograficamente e em relação à sua formação bem como ao seu percurso laboral.

1. Breve contextualização

Primeiramente, um dos aspetos que podemos verificar é a predominância de mulheres a exercer funções, foram entrevistados 11 mulheres e apenas 3 homens que estão distribuídos por dois estabelecimentos prisionais, este é um dado ainda constante nas pesquisas relativas à área de serviço social (Hackett *et al.*, 2003; Furness, 2007). Esta evidência feminina tem na sua raiz a diferenciação de papéis de género que era muito expressiva aquando do início do serviço social (Núncio, 2010).

O papel da mulher ligado ao cuidado, à prestação de serviços na esfera privada estendeu-se para a esfera pública como profissão, como são o caso de serviço social e enfermagem ambas designadas de profissões de “cuidado”⁷ por vários autores (Abbot, 1998; Macdonald, 1995).

Em relação à formação académica, mais especificamente no que concerne à escolha do curso pelos profissionais inquiridos, aferiu-se que 7 dos entrevistados não escolheram o curso de serviço social como primeira opção, no entanto todos os cursos inicialmente pretendidos (2 dos inquiridos tiveram como primeira opção o curso de

⁷ Este termo não é defendido consensualmente por todos os autores, exemplo disso são autores de uma visão de serviço social construtivista como Nigel Parton e Patrick O'Byrne (Parton and O'Byrne, 2000).

psicologia e 3 o curso de direito) pertenciam a áreas das ciências sociais e humanas, à exceção de um profissional que tinha como primeira opção ciências farmacêuticas.

No que diz respeito às motivações⁸ que levaram os profissionais a eleger o curso de serviço social, estas foram variadas. 3 dos indivíduos afirmaram a influência de familiares e ou amigos na escolha do curso:

“Não sabia o que queria, foi por influência familiar a minha tia era assistente social o meu tio era psicólogo e como o serviço social é um curso multidisciplinar optei por serviço social” (E2;2004)⁹

Um indivíduo aponta a influência dos meios de comunicação, para 2 dos entrevistados a escolha do curso resultou de um conjunto de circunstâncias, como a proximidade territorial, a conjugação de horários, o amplo mercado de trabalho, entre outras.

“Nem sabia bem o que era serviço social, foi mais por exclusão de partes.” (E6;1991)

O facto de conhecerem um profissional de serviço social foi apontando por 2 profissionais como o motivo catalisador para a escolha do curso, 1 dos entrevistados escolheu serviço social pela sua história de vida, ficando aqui evidenciado um aspeto de pensamento projectivo, este profissional teve contacto direto com um assistente social na sua juventude e mais tarde optou pelo curso de serviço social por pensar que se adequava à sua personalidade e características pessoais, à semelhança de outros entrevistados que identificaram as suas características pessoais como sendo compatíveis e importantes para o exercício da profissão.

“identifiquei-me bastante, eu como pessoa as minhas características pessoais tinham muito a ver com o curso, a questão da ajuda da solidariedade não é assistencialismo, é ver os problemas de forma mais sistémica” (E13;1985)

“a minha formação tem a ver comigo com a minha forma de ser, de estar e de ver a realidade” (E8;1986)

Três entrevistados afirmam que escolheram a formação em serviço social por gostarem muito de pessoas ou por sentirem uma vocação ou ainda por querer ajudar o

⁸ O conceito de motivação entende-se aqui por um conjunto de forças que sustentam, regulam e orientam as ações de um organismo para determinado fim.

⁹ Indica o número da entrevista e o ano da licenciatura em serviço social do entrevistado.

próximo e praticar o bem identificando-se com valores religiosos (Simões, 2007), assentando na relação de ajuda o princípio fundador da identidade, “tornando o assistente social num profissional que ajuda” (Passarinho, 2012).

“comecei a ter a perceção que gosto muito de pessoas e isto é uma profissão que tem muito contacto com as pessoas” (E9;1999)

“descobri o curso de serviço social e como era na área social despertou interesse tenho mais vocação para a área social” (E5;1986)

“Porque o meu coração é enorme gosto de ajudar as pessoas, fico feliz com a felicidade dos outros e daí ter escolhido serviço social porque o serviço social para mim é aquela licenciatura em que nós ajudamos (...) quem vai para serviço social já tem um bichinho cá dentro e chama-se ajuda, solidariedade.” (E3;2001)

Estes entrevistados apresentam, assim, motivações de carácter militante, com uma visão messiânica e heróica da profissão de serviço social (Iamamoto, 2000).

Estes profissionais quando iniciaram a formação superior admitiam que o serviço social possuía características muito humanas e que fazia sentido para exercer esta profissão características pessoais como a sensibilidade social, aptidão para a relação com o outro, gosto e vontade de ajudar, e esta representação de serviço social continuou igual durante a formação e na entrada do mercado de trabalho, ainda hoje os entrevistados referem estas competências como traços importantes para desempenhar a sua profissão.

Segundo Dubar (2005) a formação, o estágio e a entrada no mercado de trabalho são processos muito importantes para a formação da identidade profissional. É durante a formação superior que é iniciado um processo de construção identitária profissional, sendo aí que são transmitidos os conhecimentos técnicos, os valores, os códigos de moral e deontológicos essenciais ao exercício da profissão e à futura pertença ao grupo profissional (Tavares, 2007). A formação faz parte da vertente antropológica da construção da identidade permitindo aos profissionais “saber de onde vêm, num processo de identificação e filiação” (Granja, 2007:118).

Os profissionais inquiridos terminaram o curso de serviço social entre 1984 e 2004, dos 14 entrevistados 8 terminaram o curso da década de 80, 3 na década de 90 e 3 na década de 2000. O espaço temporal entre o qual ocorreu as formações superiores dos entrevistados é significativamente grande correspondendo a diferentes momentos da história, da afirmação e academizarão da profissão de serviço social.

É importante destacar que a maioria dos entrevistados terminou a licenciatura na década de 80, altura na qual, como já podemos analisar no quadro teórico, se consolidava uma nova ideologia, que abdicava de uma concepção assistencialista e caritativa, denominada de visão alternativa do serviço social, que culminou com o reconhecimento da licenciatura no ano de 1989. Esta altura ficou marcada por uma dicotomização entre o serviço social clássico e alternativo, e se por um lado o serviço social alternativo permitiu uma legitimação e reconhecimento da profissão, por outro lado na formação dos assistentes sociais parece ter ficado um vazio, pois assistiu-se a um corte com a visão clássica, mas a nova visão não conseguiu dar as respostas necessárias aos profissionais, o que originou nestes um sentimento de insegurança na sua prática e uma dificuldade acrescida na formação da sua identidade profissional (Amaro, 2015:100).

A par do ano da formação académica existem também outros fatores que influenciam a construção da identidade profissional, como por exemplo qual a instituição de ensino em que foi realizada a formação superior, os professores, e as matérias lecionadas. Uma vez que a escola é uma instância de socialização que não transmite valores e práticas homogéneas, e onde os alunos não aprendem para si e não aderem às práticas e valores todos da mesma forma, nem de forma passiva, tendem antes a “mobilizar ativamente os recursos postos à sua disposição pelas instâncias socializadoras” (Tavares, 2007:32).

A maioria dos entrevistados mostraram-se agradados com o curso e identificam a sua transdisciplinaridade e elasticidade como importantes características.

“a formação em serviço social é mais abrangente, temos conhecimento de muitas áreas diferentes (...) é um curso muito multidisciplinar sabemos de várias áreas (...) temos uma formação muito completa” (E1;1986)

“apercebi-me que era um curso muito eclético muito versátil” (E13;1985)

O estágio é um momento muito importante na construção da identidade profissional, pois é no estágio que são aplicados em contexto de trabalho o que é aprendido ao longo da formação, e não raras vezes existe um confronto entre a formação teórica e as situações práticas.

É nesta etapa que os estudantes têm oportunidade de socialização com outros profissionais de equipas multidisciplinares, de delimitar fronteiras de se identificarem com o grupo e de se distinguir de outros de efetuar escolhas e tomar decisões, que vão

construindo a sua identidade profissional e que vai permitir ao profissional no futuro ter confiança para agir.

Para estes entrevistados o estágio foi inequivocamente a parte mais importante da sua formação.

“estágio que fiz no curso deu-me logo uma bagagem e um à vontade para trabalhar nesta área os conhecimentos que eu tive são muito abrangentes” (E9;1999)

“uma coisa muito boa é que havia estágios todos os anos isso permitiu diversificar e aprofundar a nossa formação em vários campos do serviço social em termos de intervenção desde a parte institucional até ao trabalho no campo, na altura havia muito aquela coisa de trabalhar no campo (...) havia vários campos de intervenção e nós no primeiro ano tínhamos logo de perceber o que era a prática e foi muito gratificante” (E4;1984)

Os profissionais que exibiram algum desagrado com o curso apontam como fator exclusivo para tal desagrado uma elevada parte teórica e uma diminuta prática afirmando:

“um curso muito teórico, não praticávamos nada só tive um mês de estágio” (E14;1986).

“Não gostei muito do curso da parte teórica (...) depois da parte prática do estágio gostei mais” (E12;1986)

“Gostei da formação teórica a parte prática foi pequena” (E5;1986)

No que concerne à formação complementar dos entrevistados, 1 dos profissionais realizou mestrado, 3 realizaram pós-graduações em reinserção social, ciências criminais e mediação familiar os restantes entrevistados mencionam formações mais curtas no âmbito das suas funções.

Todos os entrevistados exercem funções de técnico de reeducação num EP entre 10 a 27 anos e 13 dos entrevistados já trabalharam em mais de um estabelecimento prisional. Nem todos os entrevistados após tirarem o curso de serviço social tiveram experiências profissionais em outros ministérios, designadamente 6 dos entrevistados acabaram o curso e ingressaram imediatamente na carreira de técnico superior de reeducação.

A motivação pela escolha em trabalhar no estabelecimento prisional para 6 dos entrevistados deve-se ao facto de ter decorrido na altura um concurso público, com muitas

vagas para ingressar nos serviços prisionais que permitiria aos entrevistados continuar nos quadros do Estado.

“era funcionária pública na carreira administrativa e não ia deixar de ser funcionária pública para passar a recibo verde (...) abriu um concurso com bastantes vagas para os serviços prisionais que não me dizia nada na altura ou seja até nem gostei da área, mas fui para aproveitar as vagas do concurso e encaixar-me na carreira” (E10;1984)

Cinco dos entrevistados concorreram por gostarem da área e já tinham tido experiências de trabalho no Ministério da justiça, na área da reinserção social ou toxicodependência, para dois destes profissionais o primeiro contacto com a área da justiça efetuou-se durante o estágio pois efetivamente é a área de serviço social pela qual tem mais interesse e gosto.

“preferi trabalhar no EP porque podia fazer muita mudança (...) mudar o comportamento e mudar o rumo de vida destas pessoas” (E1;1986)

Nenhum dos entrevistados está ligado a associações de serviço social (APPS; AIDSS; CPIHTS). Quatro dos entrevistados são membros do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

A criação da ordem é de grande importância para a afirmação do serviço social, e formalizar as fronteiras entre a profissão de serviço social e profissões na área das ciências humanas. Apenas dois entrevistados mencionaram a importância da criação da ordem em serviço social de forma sintética.

“é urgente a criação da ordem (...) primeiro é a criação da ordem dos assistentes sociais depois é preciso especializa-los” (E7;2000)

“o técnico de serviço social é importante agora o próprio assistente social é que tem de mostrar e valorizar a sua formação e por exemplo a ordem é importantíssimo e que nunca mais é criada” (E8;1986)

2. Que identidade profissional?

No sentido de melhor compreendermos quais as identidades assumidas pelos profissionais entrevistados, foi possível identificar 3 grandes tipos de identidades profissionais.

Identificámos um primeiro grupo como tendo uma identidade profissional de serviço social, um segundo grupo que se revê maioritariamente como técnico superior de reeducação e que não se sente assistente social e por fim um terceiro grupo que renuncia estas duas identidades.

O primeiro grupo assume a sua identidade de serviço social,

“eu sou assistente social (...) eu não sinto essa dificuldade sei que muitos colegas meus sentiram essa dificuldade sei que pessoas que estão a estudar serviço social que estão a iniciar a sua vida profissional sentem essa dificuldade, mas eu creio que as pessoas têm de se agarrar as ferramentas que foram dadas; o assistente social tem de ter conhecimentos específicos de serviço social” (E9;2001)

“Efetivamente eu sou assistente social (...) porque técnica de reeducação é uma carreira eu sou formada em serviço social (...) como assistente social eu nunca perdi essa identidade” (E 13;1985)

Estes entrevistados apresentam uma identidade bastante definida, assumindo-se como assistentes sociais. A entrevistada (E13) afirma que é assistente social e nunca perdeu essa identidade, diferenciado a sua identidade profissional da carreira técnica, pois apesar da sua função a sua identidade profissional mantém-se, tendo como grande ponto de ancoragem na construção da sua identidade profissional a formação superior em serviço social.

O segundo tipo de identidade diz respeito aos entrevistados que se assumem como técnicos superiores de reeducação. Este grupo pode ser dividido em dois subgrupos.

O primeiro relaciona-se com os entrevistados que não se sentem como assistentes sociais, uma vez que terminaram a formação e iniciaram funções de imediato no estabelecimento prisional e a formação acabou por não ser suficientemente socializadora para estes entrevistados assumirem uma identidade em serviço social, e assumem-se, assim, como técnicos superiores de reeducação.

O segundo subgrupo de entrevistados considera que já assumiu uma identidade profissional de assistente social em outros postos de trabalho, mas agora ao exercer funções no EP perderam parte dessa identidade e identificam-se enquanto técnicos superiores de reeducação.

“eu acho que sou técnica de tratamento penitenciário eu própria me vejo assim”
(E11;1995)

“Eu não sei muito bem o que é que um assistente social faz, eu tenho a formação de serviço social, mas nunca fui assistente social na verdadeira conceção da palavra”
(E2;2004)

“nos serviços prisionais sinto-me mais um técnico de reeducação, na segurança social sentia-me mais assistente social” (E7;2000)

O terceiro grupo caracteriza-se por renunciar qualquer identidade profissional, mostrando alguma dificuldade na compreensão deste conceito. Não existindo aqui uma ancoragem profissional, nem um vínculo à sua formação superior.

“Eu não sei o que é a identidade profissional o que é que isso quer dizer, eu amo aquilo que faço, portanto identifico-me com este trabalho (...) mesmo que não tivesse a licenciatura em serviço social eu trabalharia da mesma forma porque eu trabalho muito com o meu coração com a razão também obviamente porque tem de haver regras”
(E3;2001)

Ficam por mencionar entrevistados que têm uma identidade que se situa entre estes três grupos em que os próprios não se revêm numa identidade de assistente social ou de técnico de reeducação, mas sim com elementos das duas não tendo uma identidade profissional bem definida.

Os próprios profissionais têm grande dificuldade em assumir uma identidade profissional qualquer que seja. Alguns deles têm mesmo alguma dificuldade na compreensão deste conceito (E 3), ou não se mostram interessados no mesmo.

De forma a tentarmos analisar as práticas profissionais e as identidades profissionais dos entrevistados mais profundamente, optou-se por distinguir dois grandes tipos de identidade que têm impacto na forma como orientam a sua prática profissional, uma identidade humanista e outra tecnicista que vão de acordo ao teoricamente escrito por (Fargion, 2008; Amaro, 2009 e 2015; Santos, 2008) quando definem a existência

destas duas visões distintas perante o serviço social. A autora Fargion (2008) afirma mesmo existir uma tensão entre a visão científica e humanista na prática profissional que persiste no tempo.

A visão humanista caracteriza-se pela importância dada às relações, pelas competências pessoais, pela sensibilidade social, e também pelo apoio social ou económico imediato, identificando-se com práticas de carácter mais assistencialista, relacionado às raízes do serviço social.

“Tenho essa identidade mais específica do serviço social, mais humanista mais virado para a relação humana (...) visão mais humanista esta visão que eu já tinha, mas pude aprofundar e alargar o meu conhecimento no curso, tenho esta visão mais humanista que me permite perceber a outra pessoa, e trabalhar o indivíduo, o grupo e as comunidades” (E9;1999)

Num dos entrevistados são notórias características referentes ao ideal de ajuda, ao voluntarismo, ao assistente social militante a que se referia Iamamoto (2000 [1992]) quando criticou o serviço social alternativo.

“gosto de ajudar as pessoas, fico feliz com a felicidade dos outros e daí ter escolhido serviço social porque o serviço social para mim é aquela licenciatura em que nós ajudamos (...) eu trabalho muito com o coração (...) apoio-me muito na minha personalidade para trabalhar aqui (...) eu apoio, ajudo a solucionar as situações” (E3;2001)

A visão tecnicista encontra-se na outra ponta do extremo, tendo a sua origem nos anos 70 e 80 como visão alternativa (movimento de reconceptualização) que pretendia levar o serviço social a ser reconhecido como ciência social. E, ainda assim vai de encontro à tendência global, de um mundo cada vez mais tecnificado, onde predomina a racionalidade e instrumental, associando a ciência à técnica. Esta visão é consistente com a formação e caracteriza-se por metodologias específicas, a prática baseada em investigação científica, na objetividade e neutralidade. Esta orientação profissional está comumente relacionada a instituições muito preocupadas com a avaliação de resultados (Amaro, 2015:113-124).

“Sinto que sou assistente social moderna não com cariz caritativo” (E5;1986)

“temos de ter modelos de base, temos de ter metodologias (...) os modelos é o que nos salvaguarda é a nossa referência” (E13;1985)

“o assistente social tem de ter conhecimentos específicos do serviço social” (E9;1999)

Um dos entrevistados mencionou uma distinção entre técnico superior de serviço social e assistente social¹⁰, apontando que a denominação de assistente social está ligada ao assistencialismo e aos primórdios da profissão e técnico superior de serviço social apresenta-se como um profissional mais tecnicista, baseado em metodologias. Esta distinção é também apontada por vários autores. Amaro (2015) faz uma análise mais minuciosa associando o técnico superior de serviço social a um perfil científico-burocrático e o assistente social a um perfil científico-humanístico¹¹.

“Penso em mim como um trabalhador de serviço social eu não gosto muito da designação assistente social, gosto mais de técnico superior de serviço social porque eu acho que a nossa intervenção é muito técnica e assistente social faz lembrar muito a visão antiga ligada ao assistencialismo” (E10;1984)

Importa referir que as identidades não são estanques, nem são preto no branco e vão se modificando ao longo do tempo com as experiências que vamos absorvendo por isso entre estes dois grandes tipos de identidade a humanista e tecnicista existe uma variedade de identidades que se encontram entre um extremo e outra (Santos, 2008; Amaro, 2015) e que foram visíveis entre os entrevistados.

Ainda assim, a visão humanista é a mais expressiva entre os entrevistados, a maioria dos profissionais dá mais valor à relação humana com o recluso, à experiência prática e aposta nas suas características pessoais, na sua personalidade para desempenhar o seu trabalho, tendendo a deixar uma visão mais tecnicista de parte.

Além das especificidades do entrevistado e do seu percurso biográfico, também o contexto organizacional em que os profissionais estão inseridos influencia o seu agir profissional e a sua identidade profissional, pois o assistente social está cingindo à lógica organizacional da instituição para a qual está a trabalhar. Existe uma tensão permanente

¹⁰ No passado técnico superior de serviço social dizia respeito a uma carreira na administração pública a que podiam aceder profissionais com licenciatura em serviço social ou política social e o título de assistente social restringia-se a profissionais com o curso de serviço social. Em 2008 extingue-se a carreira de técnico superior de serviço social através do decreto nº 12-A/2008 de 27 de fevereiro, desta feita a distinção entre estas duas denominações deixa de fazer sentido em termos legais (SNAS) <https://www.snas.pt/perguntas-frequentes/>

¹¹ Cf. Amaro, 2015:117 – 124

entre a visão do profissional e a instituição que tem princípios, interesses e modelos de ação específicos. “Esta tensão alimenta uma procura de ajustar o funcionamento das instituições às referências identitárias construídas na formação moldadas pela experiências e princípios éticos” (Granja, 2007:203). Vários profissionais identificaram esta tensão.

“algumas cadeias, já passei por 4 ainda têm muito aquela visão carcerária da punição do punitivo (...) eu tinha uma visão mais sistêmica do não punir porque eles já tinham sido condenados já tinham uma medida de segurança (...) para mim passar de um contexto de quase despenalização, de um contexto terapêutico para um contexto mais punitivo não foi muito fácil” (E13;1985)

“havia muita resistência no serviço prisional para se fazer alguns programas para trabalhar valor, crenças, emoções e sentimentos” (E9;1999)

“até tínhamos uma cadeira da área penal criminal dá-nos luzes, mas depois o ambiente, os técnicos a vigilância é tudo muito formal muitos regulamentos (...) e nós temos que nos adaptar à dinâmica própria da instituição” (E4;1984)

“quando entrei havia muitas coisas que não eram aceitáveis, a minha função era ler a correspondência e assistir ao telefonema dos reclusos” (E1;1986)

“o problema é que nós pensamos que temos muitas respostas, mas infelizmente não temos (...) estamos muito limitados” (E10;1984)

O reconhecimento social pelo trabalho do assistente social é muito importante e este pode ser recebido tanto da população alvo, dos pares ou das chefias. Numa identidade humanista o assistente social dá mais valor e sente-se reconhecido pela população alvo (Santos, 2008), mais uma vez a maioria dos entrevistados identificam-se com esta visão mais humanista, dando grande importância ao reconhecimento pela população alvo e afirmando que estes são a grande motivação para continuarem a trabalhar.

“os reclusos agradecem muito o apoio dizem que fui como uma mãe (...) um recluso admirou-se muito e ficou contente por saber o nome dele e isso marcou-me muito, contribui para a felicidade de um recluso” (E5;1986)

“aprecio muito quando nós vamos na rua e um ex-recluso nos encontra (...) [o ex-recluso] abraçou-me e disse eu não lhe posso agradecer mais pelo que me fez, você foi mais que um pai (...) nunca estive tão bem na minha vida e agradeço-lhe por tudo (...) e é aí que nós vemos que o nosso trabalho efetivamente vale a pena” (E7;2000)

Na identidade tecnicista o reconhecimento provém na maioria dos seus pares e das chefias.

“os meus colegas ficam satisfeitos com o meu trabalho nesta área” (E6;1991)

A identidade mesclada ou ambivalente encontra-se entre a identidade humanista e tecnicista.

“sinto-me reconhecida por algumas chefias, pela adjunta do diretor (...) depende dos colegas (...) a vigilância, os guardas precisam de muito trabalho, têm uma visão de que os programas não são importantes é preciso desmontar essa ideia” (E2;2004)

Um dos profissionais admite sentir um maior reconhecimento pela população alvo do que pela chefia ou os seus pares, mas declara que deveria sentir um reconhecimento maior por parte da chefia, pois como líderes esta devia ser uma das suas competências.

“sinto mais reconhecimento da população alvo tenho de o dizer infelizmente (...) os dirigentes a chefia deviam ter essa competência de ir reforçando, mas não têm e lamento (...) mas infelizmente eu continuo a sentir motivação é pela população alvo tenho de o dizer” (E13;1985)

3. A Identidade e especificidade do serviço social

É notável ao longo dos discursos dos entrevistados que existe uma grande disparidade e heterogeneidade de opiniões da caracterização e especificidades do serviço social e do que os faz ou não assumir uma identidade profissional. Neste sentido, vamos agora abordar o serviço social nos EPs designadamente analisar as funções que os entrevistados detêm, e de seguida as especificidades do serviço social identificadas pelos entrevistados.

Sobre atuação do serviço social no sistema de justiça, especificamente no campo dos estabelecimentos prisionais, Francisco Branco em 2009 menciona que “a intervenção dos serviços sociais desenvolve-se quer no âmbito dos Estabelecimentos Prisionais quer dos serviços de reinserção social. No primeiro plano estes profissionais exercem fundamentalmente funções de apoio técnico aos tribunais de execução de penas e de acompanhamento e preparação do regresso à situação de liberdade, designadamente no âmbito dos regimes prisionais abertos e das medidas de flexibilização de penas” (Branco, 2009:80).

Duas das entrevistas são adjuntas do diretor e por esse motivo desempenham funções distintas dos técnicos superiores de reeducação.

“sou coordenadora de 7 técnicos (...) coordenadora da área da saúde (...) faço acompanhamento individual, assessoria ao tribunal, dou pareceres e relatórios para licenças de saída de liberdades condicionais (...) tenho uma abrangência de intervenção muito grande “(E1;1986)

“sou adjunta do diretor, coordeno e supervisiono o trabalho dos técnicos, organizo atividades, dou apoio e substituo o diretor (...) tenho lugar no conselho externo com o tribunal de execução de penas e estou em representação dos técnicos” (E5;1986)

Os restantes 12 entrevistados são técnicos superiores de reeducação e exercem funções semelhantes, ainda assim existem algumas especificidades, pois existem técnicos que são responsáveis e coordenam determinadas áreas como a formação ou a formação profissional.

“Dar apoio ao tribunal (...) atendimento a reclusos todas as semanas, contactos com a família, ver condições, fazer visitas domiciliárias porque se formos nós a ir lá é mais rápido, articular com a polícia, dar apoio à direção, fazer com o recluso o plano individual” (E2;2004)

“eu faço o acolhimento do recluso desde que ele entra até que ele sai (...) verificar todas as necessidades desde a parte escolar, familiar em que tipo de escola ou formação profissional deve ser colocado (...) que atividades deve fazer que programas (...) faço assessoria aos tribunais através dos relatórios sociais que é a génese do nosso trabalho de serviço social (...) preparação da saída do recluso o acompanhamento em termos familiares porque aquele recluso quando entra não é só um recluso é uma família (...) entender o porquê conhecer a história de vida dele para tentarmos perceber as fragilidades dele” (E7;2000)

“faço o acompanhamento psicossocial dos reclusos (...) eu estou sobretudo na parte da coordenação da formação e do ensino e exercício profissional dos cursos profissionais e do ensino a parte da escola, fazer a orientação das turmas falar com professores e coordenar o ensino durante o ano letivo (...) trabalhar na área dos programas específicos de reabilitação psicossocial ou em programas para trabalhar as necessidade específicas que estes homem apresentam (E9;1999)

No geral as descrições das funções exercidas pelos técnicos coadunam com as funções do técnico superior de reeducação que tivemos oportunidade de analisar no

quadro teórico. Estas assentam em dois grandes grupos o acompanhamento e a intervenção com o recluso, através de contacto direto ou através da criação de programas específicos (só alguns técnicos são responsáveis pela criação de programas) e o trabalho de assessoria aos tribunais, ainda assim os técnicos têm uma abrangência de tarefas muito vastas como a maioria dos técnicos indicou.

Os técnicos sublinham a intervenção com o recluso como sendo a parte mais importante do seu trabalho, este trabalho de capacitação e autonomização do homem tendo sempre em vista a sua reintegração na sociedade, mas existem também outras tarefas de acompanhamento do recluso de carácter mais assistencialista na resolução de situações do quotidiano.

“chamadas para o exterior e para a família do recluso quando o recluso pede, cartões de visita, renovações de passaporte, apoios, pedidos de transferência” (E14;1986)

Um dos estabelecimentos prisionais têm características próprias pois os reclusos têm idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos e, portanto, existe um foco maior na formação escolar e na formação profissional.

“É o único EP no país que há com esta faixa etária dos 16 aos 21 anos, por isso estamos maioritariamente vocacionados para a formação escolar e profissional (...) sou eu a responsável por fazer as várias informações para o tribunal (...) temos um plano individual de readaptação que é feito por nós em conjunto eu e ele [recluso] vamos fazer um trabalho das perspetivas futuras” (E8;1986)

Faz sentido mencionar que nenhum dos entrevistados abordou a questão de fazer um trabalho de advocacia ou advocacy nem mencionaram uma dimensão mais macro do seu trabalho, focando-se apenas na intervenção com o indivíduo.

Para alguns entrevistados as características do seu trabalho são identificadas como características e funções do serviço social, para outros entrevistados essas mesmas características apresentam-se como especificidades que não pertencem à profissão e afasta-os de uma identidade em serviço social, pois na sua opinião têm de realizar funções que não pertencem ao serviço social e portanto automaticamente não são assistentes sociais na verdadeira “aceção da palavra” (E6) assistentes sociais no sentido “puro” (E4).

Uma das entrevistadas aponta o facto de se encontrar numa função de chefia para não se sentir assistente social.

“não me vejo como assistente social não nesta função assumo um lugar de chefia de assessoria e não trabalho com o público alvo (...) faço assessoria ao diretor, e sou coordenadora de 7 técnicos, sou coordenadora da área da saúde” (E1;1986)

Esta posição corrobora a literatura sobre o tema na medida em que mostra um fraco poder de afirmação do serviço social, e ao mesmo tempo atendendo à ideia de que o serviço social se reduz muitas vezes à intervenção direta com o público alvo, deixando de parte a intervenção indireta de organização, planificação (Robertis, 1998). A visão do profissional entrevistado torna-se assim redutora do que é específico do serviço social, não tomando em conta o trabalho de serviço social com “um papel na área da administração e gestão de equipamentos sociais” (Amaro, 2015:103).

No geral os profissionais mostram dificuldade em identificar na prática o que consideram ser as especificidades do assistente social e qual o seu domínio. Três dos entrevistados mostraram ter uma ideia vaga, muito pouco esclarecida e mais uma vez uma visão muito redutora sobre as especificidades do serviço social, referindo apenas que o seu trabalho não tem muito que ver com serviço social pois os assistentes sociais desempenham funções em outras instituições / organismos.

“o assistente social também ajuda no rendimento essas coisas” (E3;2001)

“o assistente social trabalha lá fora nos bairros como colegas de reintegração na CPCJ etc.” (E14;1986)

“O trabalho que o assistente social faz lá fora num lar de terceira idade ou outro sítio não tem nada a ver com o trabalho de um técnico de reeducação” (E8;1986)

Alguns entrevistados sentem-se como reeducadores fazendo o paralelismo com trabalhos anteriormente desempenhados nos quais tinham de facto uma identidade em serviço social e que ao desempenhar funções de técnico superior de reeducação houve uma rutura com a sua identidade de serviço social.

“Nos serviços prisionais sinto-me mais técnico de reeducação na segurança social sentia-me mais assistente social (...) Porque nos serviços prisionais o técnico de reeducação acaba por não fazer tanto o trabalho de assistente social como se faz na segurança social aqui tem mais um papel educativo enquanto na segurança social tem mais um papel interventivo de ligação ao terreno e às próprias fragilidades e vulnerabilidades da própria pessoa enquanto aqui dentro nós focamo-nos muito sobre as fragilidades e realidades das

peessoas, mas vamos mais buscar a parte das carências da escolaridade de todo aquele tipo de situações que nós vemos que o recluso precisa” (E7;2000)

“aquele trabalho que já fiz de assistente social não é a mesma coisa em que tive de facto integrada nessa equipa interdisciplinar agora aqui temos um conteúdo funcional só mesmo para técnica de reeducação (...) aqui não temos a questão de trabalhar com a família” (E4;1984)

Dois dos entrevistados identificam-se com o papel do serviço social apenas quando desempenham funções de reencaminhamento ou quando desenvolvem um trabalho em rede. Relacionando o assistente social a um papel de elo de ligação.

“Não penso em mim como assistente social (...) não quer dizer que não aplique algumas vezes em fases que é preciso recorrer muito ao exterior à rede social por exemplo se um recluso que saía e não tem para onde ir aí faz-nos lembrar um pouco o que nós demos no curso (...) o que me recordo do curso é que um assistente social trabalha muito em rede, na rede comunitária e nós aqui estamos um bocado cingidos a uma instituição, um bocado não totalmente” (E12;1986)

“acabo por fazer um pouco de serviço social porque faço encaminhamentos de situações de habitação tudo isso é um processo que depois tem de ser articulado com os colegas de diferentes sectores lá fora (...) contactamos com câmaras com as famílias etc.” (E11;1995)

O modelo sistémico é um dos modelos de intervenção do serviço social mais utilizado pelos profissionais, em que o indivíduo é entendido na interação entre indivíduos nas suas relações e contextos mais alargados em que o profissional detém uma visão global dos problemas e uma abordagem eclética à situação. Segundo Vasconcelos, em 2006, “pensar sistematicamente é pensar a complexidade a instabilidade e a intersubjetividade” (Vasconcelos, 2006 citado por Guadalupe, 2009:17).

Não só os entrevistados destacaram a importância desta visão mais complexa e abrangente sobre o indivíduo e as suas relações, mas também indicaram esta como uma grande diferença sentida entre estes e profissionais formados em outras áreas (como iremos poder também observar nas transcrições dos entrevistados na página seguinte).

“um assistente social quando sai da faculdade tem de ter esta visão sistémica de qualquer situação se não tiver desculpe, mas não é um bom profissional ou não está a praticar a visão que o serviço social deve ter uma visão alargada do problema uma visão sistémica

que permita uma intervenção para lá do indivíduo na rede primária, secundária e terciária” (E13;1985)

“Na avaliação sistémica saber como se faz como é que eu devo agir quais são as esferas que devo agir perante o recluso, ter sempre presente que o recluso está no sistema prisional, mas veio da sociedade e vai voltar para sociedade não é só agora um elemento isolado na cadeia” (E10;1984)

“a intervenção sistémica que nós fazemos a intervenção com a família (...) todos aqueles modelos que nós absorvermos na área curricular e depois isso traduz-se efetivamente na prática é fundamental na área” (E11;1995)

4. Que diferenças são sentidas entre os profissionais formados em serviço social e profissionais com outras áreas de formação?

Apesar da notável incerteza sobre as especificidades do serviço social é interessante verificar que grande parte dos profissionais consegue distinguir aspetos entre os profissionais com formação em serviço social e os profissionais de psicologia, sociologia ou história.

A literatura indica que as especificidades e papéis do serviço social são muitas e se foram alterando ao longo do tempo, mas no que concerne aos valores e princípios que são a base do serviço social estes mantiveram-se relativamente estáveis ao longo do tempo, valores como o respeito pelo indivíduo e pela sua dignidade e ver o indivíduo como um todo.

A opinião dos profissionais corrobora a literatura sobre o tema pois a literatura assinala que o que é distintivo no serviço social é “the capacity to adopt a person centered approach locating the person in the context of his/her life situation as a whole. Whereas other professions may be concerned more with elements of a person’s life, such as health, education, housing, or income, social work is committed to working with the whole person and addressing the interrelatedness of different issues” (Asquith, Clark e Waterhouse 2005:20). De facto, todos estes profissionais afirmam que quem possui uma formação em serviço social tem uma visão mais abrangente, uma abordagem holística em relação ao indivíduo, enquanto que outras profissões demonstram um olhar mais estrito apenas sobre o próprio indivíduo.

“somos mais flexíveis (...) por exemplo os psicólogos não estão tão disponíveis para trabalhar família ou comunidade (...) Nós estamos mais abertos para as situações, conhecemos e compreendemos melhor porque estudamos a sociedade, psicologia, direito (...) olhamos para o indivíduo e para o meio em que está inserido vemos a família comunidade vemos muito mais (...) estamos muito focados na vertente humana, na dignidade do recluso” (E1;1986)

“temos um olhar mais abrangente (...) a nossa perspectiva é muito mais de reintegrar estes jovens, muitas vezes os outros profissionais têm uma visão muito mais pragmática muito mais rígida só vêem os aspetos negativos no indivíduo e não conseguem depois perceber o que levou o indivíduo a fazer isso e o que é que eles podem fazer para ele não voltar a ter esse comportamento e a nossa perspectiva é muito mais flexível, mas na perspectiva de tentarmos perceber o que se passou de o acompanhar de o apoiar de criar competências para o reintegrar” (E9;1999)

“Quem tem formação em serviço social tem uma maior compreensão consegue ver o indivíduo no meio, na família, na sociedade com os seus pares (...) temos uma abordagem mais completa que o técnico de outras formações por exemplo os psicólogos que não tem uma compreensão abrangente só olham para o indivíduo, o assistente social vê o indivíduo e as relações que estabelece” (E5;1986)

“a formação de serviço social é muito abrangente dá-nos uma visão muito alargada a nível de respostas sociais, temos a relação profissional utente técnico (...) papel de mediação (...) gestão de conflitos (...) A forma como cada um aborda as questões é diferentes, estamos a olhar para a mesma coisa, mas é diferente, um olha mais para a parte social outro mais para a parte do indivíduo (...) um relatório escrito por um técnico com formação em serviço social ou psicologia ou história a forma de abordar é diferente (E4;1984)

Os valores e a ética¹² de serviço social orientam toda a ação do profissional, e dão identidade à mesma, são o centro da profissão e são o fator distintivo entre o serviço social e todas as outras profissões (Asquith, Clark e Waterhouse 2005; Bisman, 2004; Reamer, 2006).

¹² Neste trabalho vamos analisar ética deontológica e os princípios do serviço social em conjunto. Tendo em conta que a ética deontológica se refere principalmente ao código de ética e regulações que conduzem o comportamento dos assistentes sociais e regulam atividade profissional (Banks, 2003).

A maioria dos profissionais demonstram uma sensibilidade para as questões sociais, e dão uma forte importância ao aspeto relacional, identificando a comunicação, escuta ativa, capacidade de envolvimento, empatia, características estas que são uma marca identitária da profissão. Pois esta relação que se estabelece tem de ser um processo interativo que visa a resolução de problemas, a satisfação das necessidades, e o aproveitamento das potencialidades do indivíduo (Carmo, 2007). Só esta relação entre o profissional e o utente/cliente permite um processo de intervenção mais eficaz e tem de ser orientada por uma sensibilidade social, por uma relação empática e de confiança, por um olhar mais específico sobre os problemas e pelo conhecimento concreto das populações com o mínimo de juízos de valor e preconceitos.

“conseguir criar empatia com o recluso é muito importante (...) a empatia cria-se dando-lhe mostrando-lhe que está segura no seu papel, se conseguir criar uma relação empática ele vai confiar em si” (E13;1985)

“Não aplicamos juízos de valor, temos uma escuta ativa” (E6;1991)

“criar empatias é fundamental” (E8;1986)

“em termos práticos o serviço social acho que ajuda bastante na questão do relacionamento pessoal nós somos todos bastante preparados em termos de relacionamento interpessoal” (E7;2000)

“Tenho com eles [reclusos] uma relação saudável, uma relação de honestidade tento ser o máximo assertivo com estes jovens a comunicação é muito importante (...) gosto de trabalhar com eles e tenho esta relação de confiança de partilha de emoções de escuta ativa eles nos ouvirem e nós termos essa capacidade de os ouvir (...) sobretudo as pessoas que tem formação em serviço social tem que ter capacidade de envolvimento com outra pessoa só assim conseguimos ajudar a outra pessoa” (E9;1999)

“de serviço social temos aquelas questões todas de princípios e valores de serviço social, relação com o recluso promover autonomia do homem tem essa parte” (E4;1984)

Faz parte integrante da ética do serviço social o direito à autodeterminação, o respeito e a promoção da tomada de escolhas e decisões do indivíduo, bem como a promoção da autonomia, e empowerment. Estes conceitos ganham contornos importantes pois é imperativo que se faça um trabalho no sentido de empowerment do recluso, ajudando-o a encontrar as suas potencialidades de forma a que este se sinta munido de capacidades para se reintegrar na sociedade com sucesso.

“faço todo o acompanhamento desde que ele entra, o acompanhamento que ele necessita interna e externamente dando respostas e visando sempre a saída do homem tendo sempre por fim a sua reinserção social, começando pela reinserção familiar, laboral é em todas essas perspectivas desde que haja necessidade de encaminhamento do homem cá dentro, trabalho, saúde, escola etc. conforme vamos analisando com o recluso quais são as competências necessárias que ele precisa de adquirir, o que é prioritário em cada momento, vamos criando prioridades sempre negociando com eles [reclusos]” (E10;1984)

“É preciso trabalhar com o recluso (...) temos de despoletar a vontade no recluso (...) realizar o plano individual com o recluso, eles têm de estar munidos com as capacidades que a prisão lhes dá (...) construir autonomia com o recluso (...) eles próprios tem de tomar decisões e tomar consciência que precisam de melhorar as suas competências e perceber em que áreas têm de investir na área escolar, profissional, pessoal para fazerem o seu projeto de vida” (E1;1986)

No geral, no que diz respeito às orientações da prática profissional estas podem ser agrupadas em grandes grupos de acordo com Payne, (2006 [1997]). A visão individualista–reformista, socialista-coletivista e reflexivo-terapêutico.

A visão reflexiva-terapêutica destaca o serviço social no trabalho com o indivíduo no sentido da sua capacitação, autonomização e desenvolvimento do seu bem-estar de acordo com o serviço social construtivista. As duas citações supramencionadas das entrevistadas (E10) e (E1) são exemplo desta orientação bem como:

“trabalhar com o homem, a relação com o recluso o, promover autonomia (...) treinarem competências, potenciarem as capacidades, o estimular para... acho que é uma boa forma de se tornarem cidadãos e responsabiliza-los para quando saírem terem ferramentas, o nosso trabalho também é muito de estimular para que eles possam avançar e acho que isso é muito importante” (E4;1984)

Não deixa de ser interessante verificar que as três entrevistadas que se identificam com uma orientação e prática referentes à conceção reflexivo-terapêutico formaram-se nos anos 80 (1984 e 1986).

A visão individualista-reformista diz respeito à resolução de problemas e satisfação das necessidades individuais.

“entrevistas de acolhimento, acompanhamento e gestão do quotidiano (...) faço chamadas para o exterior para a família do recluso quando o recluso pede, cartões de visita, renovações de passaporte, apoios pedidos de transferências” (E14;1986)

“gosto de ajudar as pessoas (...) acompanhamos os reclusos em termos de visitas, contactos telefónicos, trabalho, escola, nós motivamo-los muitas vezes (...) ajudo, apoio, soluciono” (E3;2001)

As orientações mais comuns centram-se em posições intermédias entre a reflexiva-terapêutica e a individualista-reformista. Apresentando elementos das duas, desenvolvendo a sua prática entre uma intervenção de resolução de problemas dos reclusos e uma orientação de capacitação do indivíduo e de autonomização para que este tenha sucesso na sua reintegração do homem na sociedade, que é o fim último do profissional.

É interessante notar que não foram construídas referências expressivas a uma orientação socialista-coletivista, os profissionais apresentaram um discurso de mudança de cada recluso, individualmente e não numa mudança a nível coletivo e societário, uma mudança estrutural.

5. A teoria e a prática no serviço social

A prática reflexiva revela-se de extrema importância, pois no exercer de funções do profissional a intervenção com o recluso com o propósito de o reintegrar revela-se a tarefa mais importante e distintiva do seu trabalho, e sem uma relação entre o técnico e o recluso a intervenção não pode ser realizada.

Neste sentido, é refletindo sobre a ação que se constrói conhecimento, o assistente social deve fazer uma reflexão sobre o seu trabalho e as metodologias que utiliza e as decisões que toma (Campanini & Luppi, 1996 citado por Guadalupe, 2009), mas esta reflexão não pode ser baseada no empirismo, esta reflexão precisa de ser baseada no conhecimento que questionado, analisado, testado vai gerar mais conhecimento, e uma prática mais eficaz neste aspeto surge a importância da formação e da constante atualização teórica dos profissionais. Esta reflexividade é feita também em interação com pares e outros profissionais através do debate de ideias, supervisão.

“a formação foi boa, mas depois a experiência profissional vai-me dando outra formação a forma como eu atuo e os resultados que tive faz-me com que repense o meu modelo de intervenção e vá alterando certas coisas por isso é um misto a experiência vai nos dando conhecimento, mas o conhecimento base está sempre lá (...) Temos até necessidade de fazer supervisão uns aos outros” (E10;1984)

“é um curso que também exige muita investigação porque nós estamos muito ligados às pessoas, aos modelos e os modelos vão variando os modelos de família do crescimento da socialização são sempre vários, nós temos de estar sempre a aprender, estamos sempre em mudança em adaptação e há pessoas que não querem passar da fichazinha se precisa do rendimento” (E13;1985)

A tensão entre a teoria e a prática no serviço social está presente há muito tempo e esta dicotomia tem-se apresentado como um problema na construção da identidade profissional. No geral os entrevistados dão mais destaque à prática, a teoria é importante apenas para alguns entrevistados, mas sempre em conjunto com a prática.

“Acho que a formação em serviço social foi uma base muito generalista (...) isto é tudo diferente não damos nada disto no curso” (E12;1986)

“complementam-se a experiência é muito importante, mas a formação dá-nos a base é muito importante para fazer a leitura, para fazer o relatório social do individuo” (E5;1986)

“o meu trabalho assenta no agir profissional na prática (...) as duas são importantes a teoria é mais bonita, mas só com a teoria também não vamos longe (...) mas duas acabam por se complementar (...) é importante não estagnar na formação e preciso ler mais coisas completar a formação” (E1;1986)

Segundo vários autores (Gentilli, 2006; Netto, 1996) a teoria não é suficiente próxima, nem adequada à realidade, à prática do profissional o que que cria nos profissionais uma incerteza em relação ao seu trabalho. Gentilli (2006) afirma que as teorias são globais e não conseguem responder às especificidades do trabalho dos profissionais no dia a dia, fazendo uma crítica à formação no ensino superior em serviço social e à literatura mostrando-se necessário um maior investimento na investigação em serviço social.

CAPÍTULO V – ANÁLISE INDIVIDUAL DOS DISCURSOS DOS PROFISSIONAIS

O presente capítulo centra-se nas narrativas individuais, no percurso biográfico dos profissionais, as suas experiências durante a formação e no decorrer do seu exercício profissional, de forma a compreender com maior detalhe qual a sua identidade profissional e qual o processo da sua construção identitária no contexto organizacional.

É importante perceber qual a identidade assumida pelos profissionais e se a construção da mesma foi marcada por processos de continuidade ou ruptura, qual a sua identidade percebida qual a imagem que fazem de si e como se vêm representados pelos seus utentes/cliente pelos seus pares, e pela sociedade no geral e compreender igualmente qual a influência do contexto organizacional da construção da identidade.

Neste sentido, e de forma a serem analisadas em detalhe diferentes construções de formas identitárias, optou-se por selecionar 3 entrevistadas. Na primeira entrevista o profissional assume uma identidade em serviço social, na segunda entrevista o profissional assume uma identidade de técnico superior de reeducação e a terceira entrevista renúncia estas identidades, apresentando-se sem âncora profissional.

Texto narrativo e análise individual da entrevista – E 13

Escolheu serviço social pois “não consegui média para entrar em psicologia”, mas gostou muito do curso de serviço social, em parte porque considerava que as suas características pessoais iam de encontro ao curso de serviço social, e porque era um curso “muito eclético, muito versátil”.

Licenciou-se em 1985, fez o estágio em meio hospital, mais tarde trabalhou na área da saúde mental com imputáveis durante algum tempo, depois por motivos pessoais teve de mudar de zona residencial e nessa altura surgiu uma oportunidade para ir trabalhar para o estabelecimento prisional, e decidiu aceitar pois como afirma “gosto de desafios e não tenho medo”. Sentiu algumas dificuldades na adaptação ao trabalho no EP porque para além do conteúdo funcional ser um pouco diferente os EPs ainda têm uma visão “carcerária, de punição” e esta visão é contrária à da profissional, “ eu tenho uma visão mais sistémica, de não punir e privilegiar a relação terapêutica”, mas excetuando as dificuldades referidas, não teve dificuldades em adaptar o seu conhecimento de serviço

social ao seu trabalho no EP “o serviço social está presente em várias áreas por isso para mim não foi difícil em termos de ajustar o meu know-how que tinha de 11 anos em saúde mental mais à justiça ao meio prisional”.

Os maiores desafios que sente é de facto “inverter um pouco este pensamento carcerário” pois afirma que esta visão não é “reabilitadora nem reeducativa nem tão pouco pro social, e acho que os técnicos já não deviam estar neste registo, mas muitas vezes ainda se verifica”, por isto mesmo a profissional refere que é preciso “provocar mudança, não é só pedir ao recluso para mudar nós também temos que propor alternativas, o técnico é um elemento com uma responsabilidade muito grande e muitas vezes isso não acontece anula-se” refere igualmente que é preciso “humanizar os serviços, não tratar o recluso por bandido”.

No trabalho com os reclusos afirma que o principal é criar uma relação empática “estar do outro lado e pôr-se no lugar do outro, ter tempo para fazer de espelho” com estes pois é com base nesta relação de empatia que é desenvolvido todo o trabalho e que vai ao mesmo tempo responsabilizar e exigir mais da técnica, “eles percebem perfeitamente quando o profissional é empático ou não” e que a resolução das situações passa pelos reclusos “muitas vezes a solução está neles eles é que estão aqui 24horas sobre 24horas”. Sente igualmente que é avaliada pelos reclusos “estou muitas vezes a ser avaliadas por eles”.

Em relação aos seus pares pensa que estes muitas vezes não são profissionais “as pessoas não vêm para o serviço com uma atitude vou planear, executar, vêm como uma atitude de ver o que é que o outro fez numa competição nada saudável e têm dificuldade a gerir as suas emoções que só servem por simpatia não colaboram com b ou c só porque não gostam e isto tem de acabar”.

Sente-se assistente social e diz nunca ter perdido essa identidade, utiliza modelos como a intervenção sistémica, baseia a sua prática não só com o que aprendeu no curso, mas também com os conhecimentos que foi adquirindo, sentiu essa necessidade porque a sociedade vai mudando e por isso os modelos também vão mudando “é um curso que exige muita investigação” e diz “ eu sinto-me ainda hoje uma assistente social perfeita, perfeita no sentido em que nunca despi a camisola, tenho uma competência que se chama brio profissional, também falho, mas tentei às vezes apetece-me desistir mas tenho esse brio profissional”.

No que diz respeito ao trabalho multidisciplinar menciona que no EP o trabalho é “demasiado fusional”, defende o trabalho multidisciplinar e que prefere trabalhar nesse registo em que cada profissional tem a sua mais valia o que não acontece muitas vezes no EP “toda a gente faz o mesmo melhor ou pior toda a gente faz um relatório de liberdade condicional e não pode ser”.

No trabalho em rede a profissional afirma com pesar que este não é muito expressivo, embora seja bastante importante e indispensável para a reintegração positiva do indivíduo “trabalha-se minimamente em rede, mas não é o modelo de todo dos serviços prisionais”.

A profissional sente-se reconhecida e motivada pela população alvo, embora não sinta o mesmo das chefias afirmando que estes deviam ser os primeiros a reforçar e reconhecer o trabalho dos técnicos, mas isto não acontece e acrescenta que “a atitude dos de cima também tem de mudar”.

Análise – E 13

A profissional formou-se em 1985, altura em que se vivia o movimento de reconceptualização em Portugal. A identidade profissional à data era marcada por uma identidade humanista assistencialista, em que o modelo de intervenção era predominantemente de ação casuística (Santos, 2008:124), mas a profissional apresenta já um modelo de intervenção baseado no empowrment e de capacitação do recluso.

De acordo com Payne (1997) a prática profissional pode geralmente seguir três orientações diferentes a terapêutica-reflexiva, a individualista-reformista e a socialista coletivista. A profissional orienta em grande parte a sua intervenção numa lógica terapêutica-reflexiva, de capacitação e autonomização do indivíduo tendo em vista o seu bem-estar e a construção e desenvolvimento de um projeto de vida.

Na intervenção com o recluso a técnica dá bastante importância ao relacionamento interpessoal mencionando a necessidade de ser empática, estando no mesmo nível que o recluso numa relação em que ambos são “coparticipantes” do mesmo processo (Dominelli, 2004 citado por Santos, 2008:161) em que há uma lógica de negociação e as visões de ambos são introduzidas no processo de intervenção (Santos, 2008). Situando a relação que estabelece com o recluso no centro da profissão.

A assistente social chama a atenção para a necessidade da humanização dos reclusos no EP, mostrando aqui uma preocupação sempre inerente ao seu trabalho com os princípios de serviço social, no sentido de salvaguardar os direitos e a dignidade humana.

Detém uma identidade profissional em serviço social autónoma que foi construída num processo de continuidade, não havendo uma rutura entre a sua identidade herdada, valores, características pessoais e a identidade assumida profissionalmente.

Ao entrar para o EP sentiu dificuldades, pois trazia uma visão de reintegração e não de punição em parte pela experiência que trazia do seu trabalho anterior. Não expressou dificuldades em pôr em prática o que aprendeu ao longo da sua formação, e a sua prática tem por base metodologias e modelos que foi aprendendo.

O seu trabalho é reconhecido pelos reclusos o que lhe dá motivação para continuar a trabalhar, mas por outro lado não sente reconhecimento por parte das chefias, revelando uma identidade opaca uma vez que demonstra uma dificuldade em obter reconhecimento e visibilidade pelas suas práticas por parte da chefia.

Destaca-se dos seus pares pois na sua lógica estes não se apresentam como bons profissionais, tendo uma visão ainda punitiva, ou pela falta de dedicação e empenho que mostram quer no seu trabalho com os reclusos quer na colaboração com os seus colegas.

No que diz respeito ao trabalho multidisciplinar este é mínimo, pois existe muita fusão das funções e não é neste registo que a profissional gosta de trabalhar, mas sim com vários profissionais, mas cada um com a sua mais-valia a contribuir para o mesmo bem. O trabalho em rede é também praticamente inexistente, mas a profissional revela que este trabalho devia ser mais expressivo pois é de extrema importância.

No geral a assistente social apresenta-se muito motivada, com vontade de inovar e aprofundar os seus conhecimentos, dispondo de autonomia profissional.

Texto narrativo e análise individual da entrevista – E 7

Frequentou a licenciatura de direito que acabou por desistir por não se identificar com a formação e optou por serviço social, licenciou-se em 1999 fez o estágio na área da justiça, mais tarde exerceu funções na segurança social e na área da saúde, começou a trabalhar num EP “emprestado pelo ministério da saúde durante 3 anos, depois acabei por

ficar”. Quando iniciou o seu trabalho deparou-se com dificuldades “na interiorização dos procedimentos de trabalho” pois a “exigência técnica é maior, lidamos com tribunais”.

Pensa ser bem visto pelos reclusos, pois o técnico para o recluso é uma “pessoa que serve de ponte entre os reclusos e o exterior”, o seu maior desafio ao trabalhar no EP é “aconselhar e ajuda-los a tomar decisões”, mas não tomar as decisões por eles “não lhes digo faz isto ou faz aquilo”, pois afirma que a “principal função do serviço social é elucidá-los daquilo que existe, das oportunidades que existem”, mas depois têm de ser os próprios “a toma-las em conformidade”, sendo preciso “dar instrumentos aquela pessoa para que ela possa dar a volta por cima dos problemas”.

Os momentos mais marcantes da sua vida profissional, e que o motiva para continuar são casos de sucesso onde passado alguns anos vê os ex-reclusos e eles estão bem e agradecem-lhe pelo seu trabalho “é aí que vimos que o nosso trabalho efetivamente vale a pena”.

No seu dia-a-dia vê como importante o que aprendeu na formação em serviço social em particular quando se trata da relação com o outro, “somos todos bastante preparados em termos de relacionamento interpessoal” e na elaboração de relatórios sociais “o relatório social é o reflexo do nosso trabalho, o técnico pode ser muito bom na relação com o outro, mas depois se não expuser aquilo convenientemente em papel acaba por esbarrar um pouco”. Declara que é importante haver confiança na relação com o recluso, mas ao mesmo tempo saber manter a distância face ao utente/cliente, afirma igualmente que é importante o recluso saber que o técnico é “uma pessoa especializada que não está ali para tratá-la como um coitadinho”.

Gosta do trabalho que desempenha e reconhece que o seu papel é importante “nós lidamos com os reclusos todos os dias, acabamos por os conhecer bem e acabamos por ser nós a influenciar a decisão do juiz por isso é que nós somos importantes cá dentro”.

Em relação à sua identidade profissional assume-se como técnico de reeducação, afirma que já teve uma identidade de serviço social quando trabalhava na segurança social, mas que agora não se sente como tal.

Reconhece a importância do trabalho em equipa, e a relação com os pares é positiva, pede opiniões aos colegas, existe uma troca de ideias e experiências que permite

trabalhar com o recluso da melhor forma, “nós valorizamo-nos uns aos outros nessa troca de experiências, há uma multidisciplinariedade aqui”.

Afirma que o assistente não tem só competências de relação com os utentes/clientes, mas também é preciso ter essa competência na relação com os pares e colegas “o assistente social também tem de ter um certo nível de entendimento em relação às frustrações dos outros técnicos dos outros profissionais temos que estar preparados para isso” em especial no serviços prisionais, pois como o profissional relata “o trabalho nos serviços prisionais é um trabalho muito difícil é um trabalho muito desgastante acho que é uma profissão que devia ser considerada de desgaste rápido”.

O trabalho em rede existe, embora muitas vezes seja preciso muita insistência em especial porque os serviços estão muito sobrecarregados “no serviço social temos de ser muito insistentes e não desistir à primeira e tentar fazer valer a nossa ideia e negociar claro, somos uns negociadores tenho de negociar com tudo, mas nunca devemos desistir até sob pena de nos chamarem chatos”.

Considera que a sua autonomia no serviço tem vindo a diminuir, mas que dispõem de autonomia ainda assim. O profissional menciona também a importância da criação da ordem de serviço social e acredita que os assistentes sociais deviam ser mais especializados “acho que devemos ser especializados” e acredita igualmente que a carreira devia ser mais bem definida “o serviço social neste momento é bombardeado por um conjunto de profissões” e “o serviço social acaba por ser prejudicado”.

Perceciona que a sociedade em geral têm uma visão pouco positiva sobre o mesmo, e não é reconhecido “acho que nós somos muito mal tratados em termos de reconhecimento e somos muito pouco valorizados”, e uma das razões para tal visão negativa do serviço social deve-se aos meios de comunicação, “por culpa da comunicação social que acaba por incendiar a forma como todas as pessoas vêem o serviço social”, o profissional menciona também que o serviço social é de extrema importância para a sociedade e uma das formas de combater esta falta de reconhecimento era a especialização dos assistentes sociais.

Análise – E7

O técnico licenciou-se em 1999 período que estava relacionado de forma geral com uma identidade de capacitação social em que começava a ser dada especial atenção a técnicas de empowerment e ao trabalho em rede, planeamento e avaliação o profissional apresenta características de tal identidade, e põem em prática os conhecimentos teóricos que adquiriu na formação em especial a relação com os utentes/clientes, e a importância dada a necessidade de trabalhar em rede.

O profissional demonstra a importância do valor relacional com os reclusos, e do recluso ver o técnico como um profissional competente pois só assim a intervenção pode ser realizada da melhor forma, esta intervenção tem de ser também negociada entre os dois, num sentido de cooperação, não sendo o técnico a escolher e a tomar as decisões pelo utente/cliente, encontrando-se os dois num patamar horizontal (Santos, 2008).

É também dada bastante relevância a tarefas mais técnicas como o relatório social, onde são dados os pareceres para o tribunal, pois é também nessa função que se baseia o seu trabalho e são estas tarefas que dão notoriedade e reconhecimento ao serviço social.

O profissional parece orientar o seu trabalho numa perspetiva em maioria de carácter terapêutico-reflexivo, pois assenta a sua intervenção na capacitação do homem, levando-o a reconhecer as suas opções e a tomar decisões coerentes, no sentido de o autonomizar e se reintegrar na sociedade de forma positiva.

O profissional identifica-se com uma identidade de técnico superior de reeducação social, pois desempenha funções no EP e, portanto, a organização/instituição para a qual trabalha influenciou a sua construção profissional, e o profissional deixou de sentir que pertencia ao grupo profissional de serviço social. Quando desempenhava funções na segurança social e no ministério da saúde assumia a sua identidade em serviço social, mas ao transitar para os serviços prisionais assume uma identidade como técnico de reeducação social. Ainda assim podemos verificar que menciona o serviço social como fazendo parte integrante do grupo profissional. Segundo a informação prestada pelo profissional não fica aqui bem explícito as diferenças sentidas.

Foi um dos dois entrevistados entre os 14 que mencionaram a importância da criação da ordem em serviço social para a regulação da profissão, pois o profissional defende que o serviço social precisa de ser mais bem definido, para além disto menciona

a importância dos assistentes sociais se especializarem para responderem de melhor forma às situações pois o campo de atuação do serviço social é muito grande. Um dos aspetos que impede um maior reconhecimento do serviço social, segundo o profissional é opinião negativa generalizada que a sociedade detém sobre o serviço social que é influenciada pelos meios de comunicação social.

O assistente social dá bastante importância a ser um profissional de relação com utentes/clientes, como supramencionado, mas também com os seus colegas e igualmente a um nível interinstitucional, assumindo um papel de mediador (Amaro, 2015) e esta é uma das características importantes do serviço social. O trabalho em rede é importante, mas requer muita insistência e poder de negociação do profissional pois só assim se consegue desenvolver o trabalho.

Sente que é bem visto pelos reclusos, e a maior motivação para trabalhar é o reconhecimento dos mesmos, é igualmente reconhecido pelos seus pares.

Texto narrativo e análise individual da entrevista – E3

Escolheu a formação em serviço social por ter um “coração enorme”, “gosto de ajudar as pessoas”, e por ficar feliz com a felicidade dos outros, pois admite que o serviço social é “aquela licenciatura em que nós ajudamos”. Trabalhava como guarda e estudava ao mesmo tempo, terminou a licenciatura em 2001, e em 2003 “optei pela via técnica” pois como guarda prisional fazia turnos de dia e noite e “não tinha onde deixar o meu filho”, afirma nunca ter sentido nenhuma dificuldade de adaptação ao EP pois entrou como guarda. Considera que as expectativas dos reclusos em relação ao seu trabalho é que querem ser apoiados “esperam que nos sejamos aquela pessoa que os pode ajudar”.

No seu dia-a-dia desempenha várias funções entre elas “acompanhamos os reclusos em termos de visitas, contactos telefónicos, trabalho, escola, nós motivamo-los muitas vezes para eles estudarem, trabalharem para fazerem algo pelas habilitações deles”, e “elaboramos relatórios nós é que avaliamos se o indivíduo já tem competências, se já estão asseguradas as condições mínimas para que ocorra de forma positiva a liberdade condicional”, os maiores desafios prendem-se com a falta de recursos para ajudar os reclusos, mas diz tentar encontrar sempre soluções “temos que dar a volta”. Esta profissional gosta muito do trabalho que desempenha “eu amo mesmo aquilo que faço” e não se imagina a ter outra profissão ou a trabalhar em outro local, “não me vejo a trabalhar

em outra coisa gosto é do trabalho com a população reclusa” o momento mais negativo da sua trajetória profissional foi ter de ser escutada “por causa do indivíduo que não entendeu uma situação”. Apesar da licenciatura em serviço social e da sua pós-graduação em ciências criminais admite que “se não tivesse a licenciatura em serviço social trabalharia da mesma forma porque eu trabalho muito com o meu coração”, assenta a sua prática profissional na sua experiência tanto enquanto guarda como enquanto técnica, mas “apoio-me mais ainda na minha personalidade para trabalhar aqui, eu tive um chefe que me dizia você tem um coração de mel”.

Em relação à identidade profissional apresenta dúvidas sobre este conceito “eu não sei o que é identidade profissional ou o que isso quer dizer, eu amo aquilo que faço, portanto identifico-me com este trabalho” considera-se técnica de reeducação pois assistente social desempenha outro género de funções “assistente social é diferente ajuda no rendimento e essas coisas” ao mesmo tempo afirma que de serviço social tem a dimensão humana pois “ajudo, apoio, soluciono”, mas acaba por aludir ao facto que não tem certezas sobre esta temática “não sei se estou a responder certo ou não”. Identifica diferenças com outros profissionais de outras licenciaturas que são também técnicos superior de reeducação, embora não tenha a certeza se é pelo facto de terem outra licenciatura “não sei se tem a ver com a formação ou a pessoa em si a forma de ser, a personalidade”, mas aponta que técnicos de outras licenciaturas ou outras personalidades têm olhares e especificidades diferentes e que por exemplo “até um psicólogo mesmo o palavreado é diferente”.

No que concerne ao trabalho com os pares, apesar de ser responsável por um número de casos e trabalhar sozinha, existem situações em que é preciso trabalhar em equipa e esse trabalho existe “somos uma equipa”, a comunicação e trabalho com os membros de vigilância é positivo pois “tenho aqui uma vantagem já usei farda”. Sente que dispõem de autonomia profissional “sim tenho, não toda obviamente, mas dentro dos parâmetros”. O trabalho em rede é também um ponto positivo, contacta com várias instituições, CPCJ, hospitais, DGRSP, embaixada, consulado e “o relacionamento com as várias instituições é bom, nunca tive nenhum episódio menos positivo”. Sente-se bastante reconhecida pelo seu trabalho, tanto pelos seus pares como pelas suas chefias “fui escolhida para coordenar o voluntariado pela diretora”. Vê o serviço social como uma profissão de mais valia na sociedade, em relação ao seu trabalho enquanto técnica de reeducação percebe que a maioria da sociedade não sabe da existência desta

profissão “as pessoas da sociedade vêm uma cadeia muito fechada, nem sabem que existe técnicas cá dentro”.

Análise – E 3

A profissional optou pela licenciatura em serviço social por motivos filantrópicos, de cariz caritativo, com uma visão quase messiânica, onde as suas características pessoais se coadunam com a finalidade do serviço social que são para a profissional ajudar o outro, por este motivo as suas características pessoais e valores são fundamentais para desempenhar o seu trabalho, sendo neles que é baseado a sua prática profissional no quotidiano.

Formou-se em 2001, mas o período da formação não parece espelhar a sua intervenção, pois apresenta uma intervenção centrada na ajuda e em solucionar problemas dos indivíduos relacionada aos primórdios da profissão, ao serviço social clássico, identificando-se na maioria com práticas assistencialistas. A sua formação parece não ter influência nas práticas da profissional, isto é a imagem que tinha de serviço social, ainda antes da formação relacionada às suas características pessoais, não mudou durante o seu percurso formativo e agora no seu trabalho exerce práticas de ajuda ao outro, não recorrendo a referências teóricas ou modelos de intervenção.

De acordo com as três conceções que orientam a prática profissional que Payne (1997) desenhou, a técnica orienta a sua prática numa ótica individualista-reformista, pois atende à resolução de problemas e satisfação das necessidades individuais, não procurando uma mudança a grande escala, mas sim a nível individual.

Em termos identitários da profissional esta não se assume enquanto assistente social, mas demonstra grandes dificuldades na conceção deste conceito, e identifica como especificidade do serviço social as características pessoais.

Apesar de não se considerar assistente social existe uma continuidade entre as suas características pessoais, percurso biográfico e o seu desempenho profissional e a forma como pensa ser vista pelos seus utentes /clientes, colegas e chefias (identidade virtual). A forma como percebe a população alvo a reconhece legítima a sua autoimagem, e no que diz respeito aos pares e chefia a profissional sente-se reconhecida por ambos e pensa estarem bastante satisfeitos com o seu desempenho.

Não se considera assistente social, pois afirma que o assistente social desempenha funções diferentes, mas tem grandes dificuldades em expressar quais as diferenças que sente. Isto é, ao desempenhar funções descritas pela própria como acolhimento, acompanhamento do recluso, de motivação do reclusos, avaliação, apoiar, solucionar, ajudar, estas não são identificadas como atividades pertencentes a um referencial comum de serviço social, contudo a profissional detém uma visão do serviço social com um carácter assistencialista e prática esta visão e ao mesmo tempo é também esta visão que defende que o serviço social tem “o serviço social ajuda nos rendimentos e essas coisas”, não existindo aqui informação suficiente no discurso da técnica para compreender mais detalhadamente quais as diferenças sentidas.

No geral é uma profissional muito motivada que se sente realizada com o trabalho que tem, que dispõem de autonomia e não sente qualquer dificuldade institucional.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve um carácter essencialmente exploratório, e incidiu sobre a identidade profissional dos assistentes sociais, especificamente em profissionais que estão a exercer funções em estabelecimentos prisionais.

No sentido de desenvolver este estudo foi necessário fazer um pedido de autorização à DGRSP para conseguir entrevistar os profissionais, a autorização da DGRSP foi concedida e de seguida entrei em contacto com cada estabelecimento prisional individualmente, de forma a perceber o número de profissionais que tinham formação em serviço social e se estes estavam disponíveis para realizar a entrevista. Desta forma foram entrevistados 14 profissionais, dos quais 12 são técnicos de reeducação e 2 são adjuntos do diretor a exercerem funções nos EPs de Carregueira (2 entrevistados), Leiria (2 entrevistados), Leiria jovens (3 entrevistados), Lisboa (2 entrevistados) e Sintra (5 entrevistados).

Relativamente aos dados obtidos através das entrevistas, para a maioria dos profissionais não é fácil falar sobre a identidade, pois têm dificuldade na compreensão de tal conceito ou a verbaliza-lo, ou nunca se preocuparam com a sua identidade profissional, ou mostram-se inseguros em afirmar a sua identidade profissional independentemente de qual seja. Apenas um número muito reduzido de entrevistados se mostrou seguro da sua identidade de assistente social, conscientes do que os faz sentir assistentes sociais. Assim, este estudo demarca-se desde já por alguma escassez de dados para reflexão resultante das entrevistas, mas por outro lado os silêncios, os discursos vagos e pouco claros dos entrevistados sobre esta temática permitem-nos retirar algumas ilações.

No geral ficaram assentes três grandes grupos relativos às identidades profissionais. Um primeiro grupo de entrevistados que construíram uma identidade enquanto assistentes sociais e ainda a mantém, e um destes entrevistados faz a distinção entre a sua identidade profissional de assistente social e a carreira técnica, possuindo como grande momento de ancoragem a formação profissional. Um segundo grupo de profissionais que se identificam como técnicos superiores de reeducação, e estes estão divididos em dois subgrupos, um subgrupo que realizou a formação em serviço social, e ingressou de imediato nos serviços prisionais, não dispondo de outra experiência

profissional, e a formação não se mostrou como um ponto de ancoragem na construção da sua identidade profissional e portanto assumem agora uma identidade de técnico superior de reeducação, pois esta representa para o entrevistado, a sua profissão, o outro subgrupo de entrevistados refere-se a profissionais que já desempenharam funções em outros organismos e quando fazem o paralelismo com o seu trabalho atual no EP já não se identificam como assistentes sociais, mas sim enquanto técnicos superiores de reeducação. O terceiro grupo é referente a entrevistados que renunciam qualquer uma das supramencionadas identidades, não dispendo de uma ancoragem profissional.

No que diz respeito às visões sobre o serviço social e modelos de práticas existem 2 perfis, um perfil humanista e um tecnicista. A visão humanista revê-se de forma geral, nos traços pessoais, na importância dada às relações e à prática, tendo um carácter regulador e redistributivo, e este é o perfil que reflete a maioria dos profissionais, em relação ao perfil tecnicista este é mais residual entre os entrevistados, e assenta em modelos e técnicas específicas, dando-se destaque ao planeamento e à avaliação de projetos de ordem comunitária. Vários profissionais apresentam-se entre as duas visões revelando elementos dos dois perfis.

Atualmente discute-se a emergência de uma terceira via ou identidade que abarca uma vertente mais assistencialista, a importância da prática e a construção da teoria a partir desta, gerando um conhecimento próprio que seja reconhecido na comunidade académica (Passarinho, 2012; Santos, 2008; Amaro, 2009).

A maioria dos entrevistados, no que concerne ao reconhecimento social, dão grande importância ao reconhecimento pela população alvo em detrimento do reconhecimento por parte das chefias e pares, mostrando grande valor ao agradecimento e reconhecimento do seu trabalho por parte do recluso, identificando-se, assim, mais uma vez com um perfil mais humanista.

A maioria dos profissionais identifica especificidades do serviço social e identifica diferenças na atuação entre os técnicos com formação em serviço social e os técnicos com outras profissões. As diferenças sentidas incidem sobre a detenção do serviço social de uma visão sistémica, uma visão holística sobre os vários contextos do indivíduo, a sensibilidade social, a relação com o indivíduo baseada na empatia, confiança, escuta ativa e por fim os valores do serviço social baseados no respeito ao indivíduo, e na sua

autodeterminação, são ainda referidas como especificidades do serviço social o encaminhamento de situações e o trabalho em rede.

Os entrevistados apresentaram, assim, diferentes especificidades e traços que os distinguem de outras profissões, ainda que de forma redutora. Há ainda alguns profissionais que não vêem diferença na intervenção entre técnicos com formação em serviço social e técnicos com outras formações, e há igualmente, ainda que um número muito reduzido de técnicos, que não trouxeram nada da sua formação para o seu trabalho, não identificando nenhum aspeto específico (nenhuma visão ou prática) do serviço social nas suas funções.

Perante este cenário é talvez possível afirmar que estas especificidades não são suficientes para caracterizar o serviço social nem distinguir a sua ação de outros profissionais. É verdade que a maioria dos profissionais identificaram especificidades muito relevantes como por exemplo os princípios e valores de serviço social que corroboram a literatura sobre o tema, pois desde o início do serviço social os princípios e valores do serviço social são centrais à profissão e são um dos traços mais distintivos da profissão e que a demarca de outras profissões. Mas no geral as diferenças e características específicas foram pouco vastas, e não são referidos modelos teóricos.

Um dos pontos estudados nesta investigação diz respeito às orientações e práticas de serviço social de acordo com a distinção de Payne (2006 [1996]). A maioria dos entrevistados centra-se entre uma prática individualista-reformista e reflexivo-terapêutico, as menções à perspetiva socialista-coletivista são residuais. Faz sentido destacar que as três visões e práticas profissionais que estão de acordo com a orientação reflexivo-terapêutico, em que o trabalho com o indivíduo é no sentido da sua capacitação, autonomização e desenvolvimento do seu bem estar de acordo com o serviço social construtivista, são realizadas por entrevistadas que terminaram a licenciatura na década de 80 (1984 e 1986) é aqui possível especular se de facto a formação das profissionais foi nesse sentido ou se foram adquirindo esta visão através da sua experiência, esta reflexão torna-se mais interessante pois o modelo reflexivo-terapêutico é agora uma tendência de pensamento que tem vindo a crescer num plano internacional (Amaro, 2015:106).

De forma geral, é possível afirmar que a construção de uma identidade profissional em serviço já é complexa por todos os aspetos que transporta com que ela, e que temos abordado ao longo do trabalho, e por isso estudar a identidade profissional do

assistente social, mas enquanto técnico superior de reeducação apresenta-se com maior dificuldade pois o técnico para além da influência organizacional, que todos os assistentes sociais sentem, o assistente trabalha no EP enquanto técnico superior de reeducação, vê legislado a sua denominação e as suas funções, e desta forma a organização torna-se uma influência muito poderosa, em adição uma vez que é denominado técnico superior de reeducação e com as suas funções estabelecidas, também os pares e população alvo o identificam como técnico superior de reeducação o que vai influenciar a própria imagem que têm de si e portanto vai influenciar a sua construção da identidade profissional, todos estes fatores contribuem para uma perda da identidade em serviço social se a definição, especificidades, e o campo de ação de serviço social não estiverem bem consolidados e não se apresentarem como fonte de auto estima e de ancoragem para desempenharem as suas funções. É neste sentido que a formação desempenha um papel importantíssimo, e para muitos dos entrevistados a formação não foi suficientemente socializadora nem apresentou pontos de ancoragem.

É neste contexto que a formação e investigação em serviço social se tornam tão importantes, pois só assim é possível combater esta crise identitária ou obscurantismo identitário que tem no seu cerne a falta de conhecimento profundo da profissão (Amaro, 2015). Sendo este processo essencial para que se sobressaia uma identidade coletiva em serviço social, uma legitimação social e uma delimitação mais clara das fronteiras do campo profissional e o caminho nesse sentido está a ser feito, a luta pela criação da ordem em serviço social, que nunca esteve tão perto de acontecer como agora, uma vez que a criação da ordem irá permitir uma regulação da formação e uma delimitação do campo profissional. A formação, investigação científica e procurar a teorização através de uma prática refletida, formando conhecimento teórico apresentam-se como os melhores caminhos para fortalecer a profissão e para a legitimar.

Espera-se que este trabalho possa ser um contributo modesto para o corpo de conhecimentos do serviço social e que de alguma forma contribua para o conhecimento da construção da identidade profissional em serviço social, muito mais há a dizer sobre esta temática que não foi possível integrar neste trabalho. No futuro verifica-se a importância de desenvolver mais estudos na área de forma a melhor compreender a identidade profissional de serviço social, pois este é ainda um tema relativamente pouco abordado e refletido entre os profissionais, investigadores e alunos.

BIBLIOGRAFIA

- Abbot, Andrew (1998), *The System of Professions an essay on the division of expert labor*, Chicago, The University of Chicago Press
- Amaro, Maria Inês (2009), “Identidades, incertezas e tarefas do Serviço Social contemporâneo”, *Revista Locus Social*, 2, p.29-114
- Amaro, Maria Inês (2015), *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade*, Lisboa, Universidade Católica, 2ª edição
- Asquith, Stewart; Chris Clark, e Lorraine Waterhouse (2005), “The Role of the Social Worker in the 21st Century: A Literature Review”, Edinburgh, Scottish Executive Education Department. Disponível em https://nasowsunilag.org.ng/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/Roles_of_Social_Workers_in_the_21st_Century_17.pdf.
- Banks, Sarah (2001), *Ethics and Values in Social Work*, Basingstoke, Palgrave
- Banks, Sarah (2003), "From Oaths to Rulebooks: A Critical Examination of Codes of Ethics for the Social Profession ", *European Journal of Social Work*, p.133-144
- Barbier, Jean-Marie (2006), *Problématique Identitaire et Engagement des Sujets dans les Activités* In Barbier, Jean-Marie. (Coord.), *Constructions Identitaires et Mobilisation des Sujets en Formation*, Paris, L’Harmattan. p.15-64 em Granja, Berta (2007), *Assistente Social- Identidade e Saber*, Tese de doutoramento em Serviço Social, Porto, Universidade do Porto
- Baxter, Jacqueline (2011), “Public sector professional identities: a review of the literature”, Milton Keynes, The Open University. Disponível em http://oro.open.ac.uk/29793/47/Public_service_professional_identities_a_review_of_the_literature_2012.pdf
- Bisman, Cynthia (2004), "Social Work Values: The Moral Core of the Profession" *The British Journal of Social Work*, 34, p.109-123. Disponível em <https://doi.org/10.1093/bjsw/bch008>
- Branco, Francisco (2009), “A profissão de assistente social em Portugal”, *Revista locus social*, p.61-83. Disponível em <http://cesss.fch.lisboa.ucp.pt/pt/revista-locus-social.html>
- Bryman, Alan (2012), *Social Research Methods*, Oxford, University Press

- Campanini, Annamaria, e Luppi, Francesco (1996), *Servicio social y modelo sistémico: una nueva perspectiva para la práctica cotidiana*, Madrid, Grupo Planeta em Guadalupe, Sónia (2009), *Intervenção em Rede: Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*, Coimbra, Universidade de Coimbra
- Caparrós, María José (1992), *Manual de Trabajo Social (modelos de práctica profesional)*, Alicante, Aguaclara
- Capul, Maurice e Lemay, Michel (2003), *Da educação à intervenção social*, Porto, Porto Editora
- Carmo, Hermano (2007), *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa, Universidade Aberta
- Carmo, Hermano, e Ferreira, Manuela (1998), *Metodologia da Investigação Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta
- Carvalho, Maria Irene, e Pinto, Carla (2015), "Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal", *Serviço Social e Sociedade*, nº121, p.66-94. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282015000100066&lng=pt&tlng=pt.
- Creswell, John (1998), *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*, London, Sage
- Crozier, Michel. e Friedberg, Erhard (1977), *L'acteur et le Système*, Paris, Seuil em Granja, Berta (2007), *Assistente Social-Identidade e Saber*, Tese de doutoramento em Serviço Social, Porto, Universidade do Porto
- Dent, Mike e Whitehead, Stephen (2001), *Managing Professional Identities: Knowledge, Performativities and the 'New' Professional*, London, Routledge
- Dominelli, Lena (2004), *Social Work: Theory and Practice for Changing Profession*, Cambridge, Polity Press em Santos, Clara Cruz (2008), *Retratos de uma profissão: A identidade do serviço social*, Tese de Doutoramento em Serviço Social, Lisboa, Quarteto, 1ª edição
- Dubar, Claude (1997), *A socialização: a construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.
- Dubar, Claude (2003), *Formação, Trabalho e Identidades Profissionais* in Canário (org), *Formação e situações de trabalho*, p.43-52 Porto, Porto Editora
- Dubar, Claude (2005), *A Socialização Construção das identidades sociais e profissionais*, São Paulo, Martins Fontes

- Dubar, Claude (2006), *A crise das Identidades - A Interpretação de uma mutação*, Porto, Edições Afrontamento
- Erikson, Erik (1994), *Identity: Youth and Crisis*, New York, W. W. Norton
- Faleiros, Vicente (1997), *Estratégias em Serviço Social*, São Paulo, Cortez Editora
- Fargion, Silvia (2008), "Theory and Practice: A Matter of Words. Language, Knowledge and Professional Community in Social Work", *Social Work and Society*, 5 nº1. Disponível em <https://www.socwork.net/sws/article/view/121/537>
- Furness, Sheila (2007), "An Enquiry into Students' Motivations to Train as Social Workers in England", *Journal of Social Work*, 7, p.239-253
- Gentili, Raquel (2006), *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social*, São Paulo, Veras Editora
- Gioia, Dennis (1998), "From Individual to organizational Identity." em *Identity in Organizations: Building Theory Through Conversations*, Whetten, David e Godfrey, Paul London, Sage
- Goffman, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio d'Água
- Gomes, Conceição (2003) (coord), *Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Universidade de Coimbra
- Granja, Berta (2007), *Assistente Social-Identidade e Saber*, Tese de doutoramento em Serviço Social, Porto, Universidade do Porto
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, Sentidos e Formas de Uso*, Estoril, Principia Editora
- Hacket et al. (2003), "The Motivation, Professional Development and Identity of Social Work Students in Four European Countries", *European Journal of Social Work*, 6, nº2, p.163-178
- Iamamoto, Marilda (2000 [1992]), *Renovação e conservadorismo no serviço social*, Cortez, São Paulo
- International Federation of Social Workers (2014), "New Global Definition of Social Work". Disponível em <http://ifsw.org/get-involved/globaldefinition-of-social-work/>
- Kaufmann, Jean-Claude (2004), *L'invention de soi une théorie de l' identité*, Paris, Colin em Granja, Berta (2007), *Assistente Social-Identidade e Saber*, Tese de doutoramento em Serviço Social, Porto, Universidade do Porto

- King, Nigel e Horrocks, Christine (2010), *Interviews in Qualitative Research*, London, Sage
- Lagos, Carmen (2004) El Concepto de Trabajo Social, El Trabajo Social como Profesión: La Identidad del Trabajo Social. El Trabajo Social como Disciplina Científica. La Tecnología y el Trabajo Social, in Garcia, Tomas e Bracho, Carmen (coords.) *Introducción al Trabajo Social*, Madrid: Alianza Editorial em Santos, Clara Cruz (2008), *Retratos de uma profissão: A identidade do serviço social*, Tese de Doutoramento em Serviço Social, Lisboa, Quarteto, 1ª edição
- Lipiansky, Edmond-Mac (1998), *Les fondements de l'identité* in J.-C. Ruano-Borbalan (coord.) *L'identité. L'individu, le groupe, la société*. Auxerre, Sciences Humaines Éditions, p.21-30 em Passarinho, Isabel (2012), *As Formigas e os Carreiros – Uma abordagem de inspiração biográfica aos percursos de aprendizagem e à construção identitária de Assistentes Sociais*, Tese de Doutoramento em Educação, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Macdonald, Keith M. (1995), *The Sociology of the Professions*, London, Sage
- Machado, Hilka (2003), "A Identidade e o Contexto Organizacional: Perspetivas de Análise." *Revista de Administração Contemporânea*, p. 51-73.
- Mack, Natacha et.al (2005), "Qualitative research methods: A Data Collector's Field Guide", *Family Health International*. Disponível em <https://www.fhi360.org/sites/default/files/media/documents/Qualitative%20Research%20Methods%20-%20A%20Data%20Collector's%20Field%20Guide.pdf>
- Martinelli, Maria Lúcia (1989), *Serviço Social. Identidade e alienação*, São Paulo, Cortez Editora
- Matejkowski, Jason; Johnson, Toni e Severson, Margaret (2014), "Prison Social Work", *Encyclopedia of social work*. Disponível em <http://socialwork.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780199975839.001.0001/acrefore-9780199975839-e-1002?print=pdf>
- McNeill, Fergus et.al (2005), "21st Century Social Work Reducing Re-offending", *Key Practice Skills, Scottish Executive Publications*. Disponível em https://strathprints.strath.ac.uk/38070/1/21st_c.pdf
- Netto, José (1996), "Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil", *Serviço Social e Sociedade*, 50, p.87-132.
- Netto, José (2001), *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, São Paulo, Cortez Editora
- Núncio, Maria (2010), *Introdução ao Serviço Social: História, Teoria e Métodos*, Lisboa, ISCSP

- Pagliosa, Fernando Luíz e Marco Aurélio Da Ros (2008), “O Relatório Flexner: para o bem e para o mal”, *Revista Brasileira de Educação Médica*, 32, 4, p.492-499
- Parton, Nigel (2000), “Some thoughts on the relationship between theory and practice in and for social work”, *The British Journal of Social Work*, 30, nº4, p.449–463. Disponível em <https://doi.org/10.1093/bjsw/30.4.449>
- Parton, Nigel e O`Byrne, Patrick (2000), *Constructive Social Work: Towards a New Practice*, Palgrave, Basingstoke
- Passarinho, Isabel (2012), *As Formigas e os Carreiros – Uma abordagem de inspiração biográfica aos percursos de aprendizagem e à construção identitária de Assistentes Sociais*, Tese de Doutoramento em Educação, Lisboa, Universidade de Lisboa
- Payne, Malcolm, (2002), *Teoria do Trabalho Social Moderno*, Coimbra, Quarteto
- Payne, Malcolm (2006[1996]), *What is professional Social Work*, Policy Press, Bristol, 2ªedição
- Payne, Malcolm (2006), “Identity Politics in Multiprofessional Teams Palliative Care Social Work”, *Journal of Social Work*, 6(2), p.137-150
- Pimentel, Alberto (2001), *Acção Social na Reinserção Social*, Lisboa, Universidade Aberta
- Pinto, Carla (1998), “Empowerment: uma prática de serviço social”, em *Separata de Política Social*, Lisboa, ISCSP, p. 246 – 277
- Pinto, José (1991), “Considerações sobre a produção social de identidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. °32, p.217-231. Disponível em <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/32/Jose%20Madureira%20Pinto%20-%20Consideracoes%20Sobre%20a%20Producao%20Social%20de%20Identidade.pdf>
- Reamer, Frederic G. (1994), *The Foundation of Social Work Knowledge*, New York, Columbia University Press
- Reamer, Frederic G. (2006), *Social Work Values and Ethics*, New York, Columbia University Press
- República Portuguesa (2017), “Olhar o Futuro para Guiar a Ação Presente: Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar”. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=29dd78f7-d076-4d80-a09b-6b2c94ec09d5>
- Robertis, Cristina (1998), *La metodología de Intervención del Trabajo Social*, Buenos Aires, Ediciones El Ateneo
- Rodrigues, Maria (2002), *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta Editora, 2ªedição

- Santos, Clara Cruz (2008), *Retratos de uma profissão: A identidade do serviço social*, Tese de Doutoramento em Serviço Social, Lisboa, Quarteto, 1ª edição
- Simões, Pedro (2007), “Religião e política entre alunos de Serviço Social”, *Religião e Sociedade*, 27 (1), Rio de Janeiro, p. 175-192. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rs/v27n1/a08v27n1.pdf>
- Tap, Pierre (1996), *A Sociedade Pigmalião - Integração Social e Realização da Pessoa*, Lisboa, Instituto Piaget
- Tavares, David. (2007), *Escola e Identidade Profissional - O Caso dos Técnicos de Cardiopneumologia*. Lisboa, Edições Colibri
- Vasconcelos, Ana (2006), *A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*, São Paulo, Cortez, 3ª edição em Guadalupe, Sónia (2009), *Intervenção em Rede: Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*, Coimbra, Universidade de Coimbra
- Vilelas, José (2009), *Investigação - O Processo de Construção do Conhecimento*, Lisboa, Edições Sílabo
- Viscarret, Juan (2007), *Modelos y métodos de intervención en trabajo social*, Madrid, Alianza Editorial
- Webb, Stephen (2015), “Professional identity and social work”, Glasgow Caledonian University, Scotland. Disponível em https://www.academia.edu/11047417/Professional_Identity_and_Social_Work
- Weisshaupt, Jean (1998), *As Funções Socioinstitucionais do Serviço Social*, São Paulo, Cortez, 2ª edição

FONTES

- Decreto-Lei n. °346/91 de 18 de setembro.
- Decreto-Lei n. °58/95 de 31 de março
- Decreto-Lei n. °215/2012 de 28 de setembro
- Decreto n° 12-A/2008 de 27 de fevereiro

ANEXOS:

ANEXO A – Guião de entrevista

ANEXO B – Caracterização sociodemográfica

ANEXO C – Autorização DGRSP

ANEXO D – Consentimento Informado

Anexo A – Guião de entrevista

Guião de Entrevista

Bom dia/Boa tarde,

Gostaria antes de mais de cumprimenta-lo(a) e agradecer a sua atenção e tempo disponibilizado para a participação nesta pesquisa.

O meu nome é Sandra Hermano. Sou aluna de Mestrado em Serviço Social no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Estou a desenvolver um estudo sobre a construção da identidade profissional dos assistentes sociais na área da reeducação social sob orientação científica da Professora Doutora Inês Amaro.

Neste sentido, é importante ouvir, em entrevista, os técnicos de reeducação social, que desempenham funções no estabelecimento prisional com formação académica em serviço social.

A entrevista tem uma duração aproximada de 45min. Para assegurar o rigor e análise dos dados recolhidos gostaria de lhe pedir autorização para gravar a entrevista (em registo áudio) garantindo que os dados serão utilizados apenas para os fins estritos desta pesquisa. E o anonimato, a confidencialidade dos entrevistados e da informação obtida salvaguardados.

Caso aceite participar no estudo peço-lhe que assine o consentimento informado.

| |
|---|
| I. Reeducação social e Serviço Social |
|---|

1. Qual o motivo pela escolha da profissão, gostou da formação?
2. Qual o motivo pela escolha de trabalhar num estabelecimento prisional?
3. Sentiu algumas dificuldades de adaptação à instituição/constrangimentos?
4. Quais as funções desempenhadas pelo técnico superior de reeducação/ Ajunto do diretor?
5. Quais considera serem as expectativas do recluso em relação aos técnicos de reeducação social?

6. Quais os maiores desafios do técnico no exercer das suas funções?
7. Quais os momentos marcantes, da vida profissional, enquanto técnico de reeducação?
8. A formação em serviço social/ assistente social trás com ele especificidades para a realização do seu trabalho?
9. Considera que enquanto assistente social tem um agir profissional específico/ olhar específico sobre as situações do seu trabalho diferente dos outros profissionais? (conhecimento especializado)
10. Considera que as suas decisões e a forma como trabalha assenta maioritariamente na prática de ação intuitiva /experiencia profissional /inteligência prática/ na reflexão ou na formação académica?

II. Identidade individual e Identidade profissional

11. Quais considera ser os principais elementos para a formação da identidade profissional?
12. Sente-se um(a) assistente social?
13. Considera que tem uma identidade profissional?
 - 13.1. Se sim, como foi construída? Pode dar alguns exemplos de momentos marcantes para a construção da sua identidade profissional/ referências identitárias/ maiores problemas que sente na construção da identidade?

III. Interdisciplinaridade/ Multidisciplinaridade

14. Como é desenvolvida a articulação entre os vários técnicos de reeducação / considera que trabalha em equipa multidisciplinar?
15. Considera que dispõe de autonomia profissional?
16. Considera que existe um trabalho em rede? / Articula com outras instituições? / Qual tem sido a sua experiência no relacionamento com a DGRSP?

VI. Reconhecimento

17. Considera que existe um reconhecimento e legitimação do seu trabalho e do seu agir profissional por parte dos pares, outros profissionais e chefia?

18. Qual considera ser a perceção do(a) assistente social pela sociedade/ Considera que existe um reconhecimento?

Gostaria de acrescentar algum aspeto/dimensão/ponto relevante que não foi mencionado durante a entrevista e que considere importante.

Gostaria agora, apenas, que respondesse a algumas questões breves para a sua caracterização sociodemográfica.

Idade _____ Sexo _____

Qual a sua formação/qualificação académica?

Qual foi a escola de formação?

Qual foi o ano de formação

Tem formação complementar/específica?

Há quanto tempo (*em meses ou anos*) exerce funções no estabelecimento prisional?

É sócio da ASPSS?

É membro do sindicato?

Obrigada pela atenção dispensada e pela sua participação. A entrevista termina aqui.

Muito obrigada pela colaboração prestada.

Anexo B – Caracterização Sociodemográfica

| | Sexo | Idade | Escola de formação | Ano fim da formação em serviço social | Formação complementar | Anos de exercício profissional No EP | Anos de exercício profissional em outros EPs | Sócio da ASPSS ou Membro do sindicato | Notas |
|----|------|-------|--------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|--|---------------------------------------|--|
| E1 | F | 53 | ISSS Porto | 1986 | Não | | 26 anos | Não | Adjunta do diretor |
| E2 | F | 46 | U. Lusófona, Lisboa | 2004 | Não | 3 anos | 9 anos | Não | Trabalhou 6 anos como guarda prisional, é técnica desde de 2004. |
| E3 | F | 46 | IP Beja | 2001 | Pós-graduação em ciências criminais | 13 anos | | Não | Trabalhou como guarda prisional, é técnica desde 2000. |
| E4 | F | 55 | ISSS Mitelo, Lisboa | 1984 | Não | | 26 anos | Quadro técnico do Estado | |
| E5 | F | 53 | ISSS Mitelo, Lisboa | 1986 | Pós-graduação em reinserção social | | 20 anos | Não | Adjunta do diretor |
| E6 | M | 53 | Coimbra | 1991 | Não | 16anos | | Não | |
| E7 | M | 41 | IS Miguel Torga, Coimbra | 2000 | Não | | 11 anos | Não | |

| | | | | | | | | | |
|-----|---|----|---|------|---|---------|---------|-----------------------------------|--|
| E8 | F | 58 | Coimbra | 1986 | Criminologia | 20 anos | | Não | |
| E9 | M | 40 | Coimbra | 1999 | Mestrado; formações em Psicodrama etc. | | 10 anos | Não | |
| E10 | F | 58 | Lisboa | 1984 | Não | 12 anos | 10 anos | Sindicato dos quadros técnicos | |
| E11 | F | 49 | Lisboa | 1995 | Não | 19 anos | | Sindicato dos quadros técnicos | |
| E12 | F | 54 | Lisboa | 1986 | Não | 27 anos | | Sindicato dos quadros técnicos | |
| E13 | F | 57 | Coimbra | 1985 | Terapia familiar; intervenção sistémica em rede | 3 anos | 19 anos | Não | |
| E14 | F | 55 | ISCSP, Lisboa (licenciatura em política social) | 1986 | Não | 20 anos | 6 anos | Não | |

Anexo C – Autorização DGRSP

REPÚBLICA

PORTUGUESA

I Exmo(a) Senhor(a)

Dra. Sandra Catarina Pestana Hermano

| V/ referência | N/ referência | Ofício N.2 | Data |
|------------------|---|------------|------------|
| | | 41/DSOPRE | 04.03.2016 |
| Assunto: | Investigação académica para Mestrado em Serviço Social peio ISCTE - IUL | | |

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Dr. Celso Manata, datado de 4/03/2016, foi autorizada, no âmbito do Mestrado em Serviço Social, a realizar a investigação académica nos Estabelecimentos Prisionais de Carregueira, Leiria, Leiria Jovens, Linhó, Lisboa e Sintra.

Considerando o interesse do projeto, este estudo foi autorizado mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção dos estabelecimentos prisionais, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade dos trabalhadores para colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da Cruz do Torei, n.2 1 - 1150-122 Lisboa - Tel. 218812200 - Fax. 218853896 - E-mail: dsopre@dgrsp.mj.pt
Apartado 21207 - 1131-001 Lisboa

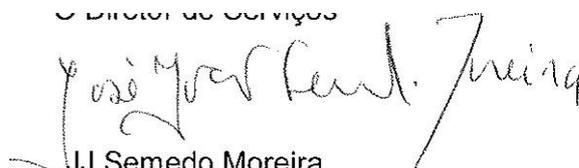
REPÚBLICA

PORTUGUESA

JUSTIÇA

Considerando o número de investigações académicas, atua/mente a decorrer em estabelecimentos prisionais, alerta-se para a possibilidade de a direção do estabelecimento prisional poder vir a calendarizar a investigação para um momento mais oportuno.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor de Serviços

JJ Semedo Moreira

O Diretor de Serviços

ML/201

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da cruz do Torei, n.2 1-1150-122 Lisboa - Tel. 218812200 - Fax. 218853896 - E-mail: dsopre@dgrsp.mj.pt
Apartado 21207 - 1131-001 Lisboa

Anexo D – Consentimento Informado

Consentimento Informado

Caso aceite participar no estudo, deverá antes de mais prestar o seu consentimento informado.

Apenas os investigadores envolvidos no estudo terão acesso aos dados desta entrevista.

Antes de assinar o consentimento, certifique-se que vê esclarecidas quaisquer dúvidas que possa ter.

Termo de Consentimento

Declaro ter sido informado(a) e estar ciente dos propósitos e termos em que decorrerá o presente estudo, da participação voluntária no mesmo, dos limites da confidencialidade e das demais questões, disponho-me a participar e a responder de forma sincera, podendo interromper a entrevista ou não responder a todas as questões colocadas quando entender, bastando informar a entrevistadora.

Data: __/__/____

(assinatura)